LEONARDO GOMES PENTEADO ROSA

Secularismo e liberdade de religião

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Titular Dr. Ronaldo Porto Macedo Jr.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO-SP

2018

LEONARDO GOMES PENTEADO ROSA

Secularismo e liberdade de religião

Tese apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de Concentração "Filosofia e Teoria Geral do Direito", sob a orientação do Prof. Titular Dr. Ronaldo Porto Macedo Jr.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO-SP

2018

ROSA, Leonardo Gomes Penteado. Secularismo e liberdade de religião, 2018. 251f. Doutorado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Esta tese apresenta proposta de regulamentação igualitária da relação entre estado e religião. Entende-se a religião como um conceito interpretativo (Ronald Dworkin) que designa o esforço humano de harmonizar-se com o divino (Joseph Boyle). Sustenta-se que o Estado deve visar a manter individualizadas as opções religiosas (Douglas Laycock), e que, ao fazê-lo, pode-se concebê-lo como secular (Dworkin e MacLure & Taylor). Ainda, analisa-se o argumento institucional de Richard Garnett a respeito da liberdade de religião e sua preservação. A tese em seguida analisa duas questões concretas: a concessão de acomodações na forma de isenções a regras gerais em razão de exercício de religião, bem como o significado de não-estabelecimento de culto ou subvenção da religião no ensino religioso nas escolas públicas. Quanto ao primeiro ponto, a tese sustenta interpretação da igualdade que justifica a concessão da acomodação (a partir de reflexões de Martha Nussbaum, de Garnett e de outros autores contra argumentos oferecidos por Ronald Dworkin e Eisgruber & Sager). Quanto a Dworkin, o modelo oferecido pela tese segue sua teoria política, mas sustenta proteção da liberdade de religião por regime concomitante de independência ética e de direitos especiais. Por fim, quanto ao ensino religioso nas escolas públicas, a tese defende que uma forma de seu oferecimento, sustentada por parte da doutrina brasileira, é capaz de promover a natureza secular do governo pois atende às demandas de convincente interpretação norte-americana de cláusula de não-estabelecimento, que também existe na nossa Constituição, e que não deve impedir benefícios públicos à religião que sejam indiretos, intermediados por escolha privada, e executados por entidades não-estatais (Nussbaum, Eisgruber & Sager, Laycock e Volokh).

Palavras-chave: secularismo; liberdade de religião; acomodações; ensino religioso nas escolas públicas; Ronald Dworkin; estabelecimento; independência ética; direitos especiais;.

ROSA, Leonardo Gomes Penteado. Secularism and freedom of religion. 2018. 251p. Doctorate. Faculty of Law. University of Sao Paulo, Sao Paulo, 2018.

This thesis presents an egalitarian proposal of regulamenting the relationship between state and religion. Religion is conceived as an interpretive concept (Ronald Dworkin) that designates the human effort to harmonize with the divine (Joseph Boyle). It is argued that the state should aim at keeping individualized the religious options (Douglas Laycock) and that, by doing so, it can be considered secular (Dworkin and MacLure & Taylor). In addition, Richard Garnett's institutional argument on the freedom of religion and its preservation is analysed. The thesis then analyses two concrete issues: the granting of accommodations in the form of exemptions to general rules due to the exercise of religion, as well as the meaning of non-establishment of worship or the subvention of religion in the religious teaching at public schools. As to the first point (and beginning at reflexions by Martha Nussbaum, Garnett and others against arguments offered by Ronald Dworkin and Eisgruber & Sager), the thesis defends an interpretation of equality that justifies granting of accommodations. As to Dworkin, the model offered by the thesis follows his political theory, but holds protection of the freedom of religion by a regime of concomitant ethical independence and special rights. Finally, as to religious teaching at public schools, the thesis defends that a form of its offering which is held by part of Brazilian scholars is capable of promoting the secular nature of government because it follows the requirements of a convincing American interpretation of the non-establishment clause, that also exists in our Constitution, and that should not prevent public benefits to religion that are indirect, intermediated by private choice, and executed by nonstate actors (Nussbaum, Eisgruber & Sager, Laycock e Volokh).

Key Words: Secularism; freedom of religion; accommodations; religious teaching at public schools; Ronald Dworkin; establishment; ethical independence; special rights;.

ROSA, Leonardo Gomes Penteadó. Secolarismo i libertà di religione. 2018. 251p. Dottorato. Facoltà di Giurisprudenza. Università di Sao Paulo, Sao Paulo, 2018.

Questa tesi presenta proposta di regolazione egualitaria della relazione tra stato i religione. É capita la religione come un concetto interpretativo (Ronald Dworkin) che designa il sforzo umano di armonizzarsi con il divino (Joseph Boyle). É proposto che lo stato dovrebbe mantenere individualizzati gli opzioni religiosi (Douglas Laycock) e che, nel farlo, si può concepirlo come secolare. Ancora, è analizzato il argomento istituzionale di Richard Garnett su la libertà di religione i sua preservazione. La tesi poi analisi due questioni concreti: la concessioni di adattamenti attraverso di esenzioni dal regole generale dovute dell'esercizio della religione, così come il significato di non stabilimenti di culto o sovvenzione della religione nel insegnamento religioso nella scuola pubblici. Per quanto riguarda il primo punto, la tesi sostiene interpretazione de egalianza che justifica le concessioni di adattamenti (ispirato da riflessioni di Martha Nussbaum, di Garnett e altri autori contra l'argomento offerto da Ronald Dworkin e Eisgruber & Sager). Per quanto riguarda a Ronald Dworkin, il modello offerto da tesi segue sua teoria politiche, ma supporta le protezioni della libertà di religioni por schema concomitante di indipendenza etica e di diritti speciali. Alla fine, per quanto riguarda l'insegnamento religioso nella scuola pubblici, la tesi difende che uno modo di offerta, supportato da parte della giurisprudenza brasiliana, può promuovere la natura secolare del governo perchè soddisfa gli richiesti di una interpretazione americana avvincente della regola di non establimenti, che esiste anche alla nostra Costituzione, e che non dovrebbe impedir gli benefici pubblici alla religioni che sono indiretti, intermediati da decisioni privati, i eseguito per entità non statale (Nussbaum, Eisgruber & Sager, Laycock i Volokh).

Paroli chiavi: Secolarismo; libertà di religione; adattamenti; insegnamento religioso nella scuola pubblici; Ronald Dworkin; establimenti; indipendenza etica; diritti speciali;.

∴

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram a esta tese.

Gostaria de agradecer à UFLA, aos meus alunos e orientandos, em especial aos que me acompanharam durante grupos de estudo. Gostaria de agradecer em especial aos professores David Francisco Lopes Gomes, Gustavo Leite Ribeiro e Pedro Ivo Ribeiro Diniz.

Pelas discussões, gostaria de agradecer ao Yuri Corrêa da Luz, à Luciana Silva Reis, ao Artur Péricles Lima Monteiro, a David Francisco Lopes Gomes e, em especial, à Raphaela Rocha Ribeiro.

Gostaria de agradecer ao Artur Péricles Lima Monteiro e à Raphaela Rocha Ribeiro por me ajudarem com acesso a textos.

Gostaria de agradecer também aos membros da Banca de Qualificação de Doutorado, professores Oscar Vilhena Vieira e Luis Fernando Barzotto.

Agradeço em especial ao orientador, Ronaldo Porto Macedo Jr.

Agradeço à Rapaela, por tudo e mais um pouco. Pelo amor, pelos planos e pelo ninho ferroviário.

"Ofendam, amargurem ou seduzam a quem quer que seja, estorvem ou desgostem essas minhas convicções - não posso modificá-las, como não posso modificar meu próprio corpo. Preciso viver por mim mesmo, sozinho, e por mim mesmo e sozinho morrer (e muito em breve), por isso não posso de modo algum acreditar senão naquilo em que creio, preparando-me para ir ao encontro daquele Deus do qual provim. Não estou dizendo que minha fé seja a única incontestável de todas as verdades, mas não vejo outra mais simples, clara e que responda a todas as demandas da minha mente e de meu coração; se conhecer uma fé assim, logo a aceitarei, pois Deus não tem necessidade de nenhuma outra coisa além da verdade. Já não posso, de modo algum, retornar àquilo que, com tamanho sofrimento, acabo de deixar, assim como o pássaro que voou uma vez já não poderá entrar na casca do ovo de onde saiu", Liev Tolstói, "Resposta à resolução do Sínodo de 20-22 de fevereiro de 1901 e às cartas recebidas nessa ocasião" in *Padre Sérgio*. Tradução Beatriz Morabito, Prefácio Samuel Titan Jr., Pós-fácio Boris Schnaiderman, Desenhos Kazimir Maliêvitch. São Paulo: Cosac Naify, 2010, p. 118

Conteúdo

Conteúdo	8
INTRODUÇÃO.....	9
Seção 1. Religião e igualdade.....	9
Subseção 1.1. O mais do velho mesmo	9
Subseção 1.2. Tese fundamental	10
Subseção 1.3. Direito e interpretação	10
Seção 2. Antecedentes.....	17
Seção 3. Os autores e as questões do trabalho.....	19
CAPÍTULO 1. RELIGIÃO E GOVERNO SECULAR.....	29
Seção 1. Introdução	29
Seção 2. Religião e sua interpretação	30
Seção 3. Governo Secular.....	48
Seção 4. As liberdades e suas instituições.....	58
Seção 5. Conclusão.....	68
CAPÍTULO 2. A LIBERDADE DE RELIGIÃO E A SUA PROTEÇÃO	70
Seção 1. Introdução	70
Seção 2. Religião e acomodações.....	73
Seção 3. Não-especialidade da religião: uma crítica.....	81
Subseção 3.1. Liberdade de religião e igualdade	81
Subseção 3.2. Religião e independência	106
Seção 4. A forma da liberdade: por que a religião deve ser livre?.....	127
Subseção 4.1. Introdução.....	127
Subseção 4.2. Os passos do argumento e os erros de Dworkin.....	129
Subseção 4.3. Liberdade e integridade	140
Subseção 4.4. Direito especiais à liberdade de religião.....	150
Seção 5. Aplicações dos direitos especiais.....	160
Subseção 5.1. Independência ética e exceção a direito	160
Subseção 5.2. O Sabá no STF	168
Seção 6. Conclusão.....	174
CAPÍTULO 3. ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA PÚBLICA.....	176
Seção 1. Introdução	176
Seção 2. A igualdade na escola pública.....	185
Seção 3. Um Critério.....	192
Subseção 3.1. Acesso igualitário e ensino da religião.....	192
Subseção 3.2. Escolas abertas e o direito constitucional brasileiro.....	208
Seção 4. A ADI 4429: o ensino religioso no Supremo Tribunal Federal.....	216
Seção 5. Conclusão.....	220
CONCLUSÃO.....	226
BIBLIOGRAFIA.....	229
Trabalhos acadêmicos.....	229
Decisões judiciais e documentos similares	249
Petições Iniciais	249
Manifestações no processo	249
Participações como amicus curiae.....	250
Votos disponibilizados (ADI 4439)	251

INTRODUÇÃO

Seção 1. Religião e igualdade

Subseção 1.1. O mais do velho mesmo

Ao comparar o papel da religião na Idade Média ao do estado no mundo contemporâneo, Brian Tierney faz a seguinte observação:

"O único laço de unidade que mantinha junta a sociedade cristã ocidental era o laço de uma religião comum. Hoje em dia, o foco da nossa lealdade é o estado; nos voltamos ao estado para proteger a nossa segurança e a nossa liberdade; ser uma 'pessoa sem estado' ('stateless') é uma situação das mais infelizes. *O outro lado da moeda é que não toleramos pessoas que são percebidas como traidoras do estado. Nós as acusamos de traição; nós lhes infligimos pena, por vezes pena capital em casos extremos. Uma alegação de sinceridade pessoal, de que o traidor agiu por bons motivos, de acordo com sua própria consciência, não é defesa suficiente.* Os medievais consideravam os hereges de modo bastante similar; eles os consideravam culpados de traição à igreja, e eles os tratavam como traidores. Quando uma religião comum definia todo o modo de vida de uma sociedade, rejeitá-la era desligar-se da comunidade, tornar-se uma espécie de fora da lei - um tipo perigoso de fora da lei do ponto de vista medieval."¹

A referência do autor à pena de morte e a medidas coativas drásticas não deve nos permitir concluir que regimes democráticos, que tendem a adotar penas mais brandas, não tratam a adesão a padrões comuns de conduta como critério de pertencimento e de lealdade a uma sociedade e ao estado que a protege. Por vezes, a religião, ou algumas versões dela, é vista como desvio deste padrão e, se não atrai punições extremas, por vezes convida versões mais atenuadas de exclusão. Esta tese parte da percepção de que a religião é um elemento da vida social que não pode autorizar, seja em defesa do estado, seja em defesa de religião comum, o tipo de comportamento que Tierney verifica em diferentes momentos históricos. Isso se estende às versões mais palatáveis da espécie de reação identificada pelo autor. A proposta da tese é que a Constituição Federal 1988 exige regime distinto deste padrão de

¹ Brian TIERNEY (2003, pp. 43-4, traduzi, itálicos acrescentados). Tierney faz a afirmação após citar Frederic Maitland e a visão de que a igreja funcionava como um estado na idade média; no original, "The only bond of unity that held western Christian society together was the bond of a common religion. Nowadays the focus of our loyalty is the state; we look to the state to protect our security and our liberty; to be a 'stateless person' in the twentieth century is a most unhappy fate. The other side of the coin is that we do not tolerate people who are perceived as traitors to the state. We charge them with treason; we inflict punishment on them, sometimes capital punishment in extreme cases. A plea of personal sincerity, that the traitor has acted from good motives, in accordance with his own conscience, is not a sufficient defense. Medieval people regarded heretics in much the same way; they held them guilty of treason to the church, and they treated them as traitors. When a common religion defined the whole way of life of a society, to reject it was to cut oneself off from community, to become a sort of outlaw - and a dangerous outlaw from a medieval point of view". Compare com WHITMARSH (2015, ees. p. 114, 192, 235 e ss., cap. 8), BROWN (2017), LABORDE (2010, pp. 11-2), SPINNER-HALEV (2004, esp. p. 165), bem como com o breve artigo de DE LEMOS (2017) sobre Anatole France.

oposição entre fidelidade e integração, de um lado, e traição e ostracismo, de outro, que se verifica hoje mesmo de modo mais sutil que as perseguições mais explícitas e violentas do passado. A tese defende que a liberdade de religião é uma questão de igualdade, a cuja implementação o direito tem papel importante, e que é a igualdade que justifica a rejeição do padrão identificado por Tierney. Em três capítulos, e a partir de literatura dedicada ao tema, procuro explicar por quê.

Subseção 1.2. Tese fundamental

A tese a ser defendida é que a liberdade de religião é uma demanda da igualdade que se expressa por uma regra secular de justiça. Esta regra atribui centralidade ao indivíduo, e não ao coletivo, no exercício de religião, que deve ser compreendida de maneira ampla, não tradicional.

Esta tese geral se desmembra em algumas teses que articulam a relação entre igualdade e liberdade de religião e oferece uma interpretação igualitária da Constituição Federal de 1988. Nesta interpretação, o estado deve reconhecer direitos especiais a acomodação na forma de exceções à autoridade geral que tem de impor obrigações, bem como deve permitir que a religião ingresse em ambientes públicos, observadas certas restrições que, se preenchidas, descaracterizam este benefício à religião como seu estabelecimento. Este último ponto é explorado especificamente quanto à obrigatoriedade constitucional do ensino religioso facultativo nas escolas públicas de ensino fundamental.

A tese, no contexto desta reflexão teórica e no esforço de oferecer interpretação aplicável da constituição, encontra na literatura estrangeira ou nacional critérios, ou uma "estrutura analítica"², de enfrentamento das duas questões destacadas, a saber, o reconhecimento das acomodações e a implementação do ensino religioso nas escolas públicas.

Subseção 1.3. Direito e interpretação

Como dito, o argumento deste trabalho é que a liberdade de religião é uma demanda da igualdade. A opção não é óbvia; para muitos autores, com efeito, é contraditória, pois o reconhecimento de acomodações seria tendência anterior ao direito contemporâneo e suas

² Como diz NUSSBAUM, 2008, p. 361. Veja ainda DA SILVA (2002, pp. 30 e 31), FERRAZ JR. (2015) e BARZOTTO (2010, pp. 141-2)

conformações igualitárias.³ Este trabalho visa a mostrar, entre outros, que a liberdade de religião deve ser compreendida como uma exigência da igualdade, e que fazê-lo inclui acomodar a religião. É essencial ressaltar que a noção de igualdade a ser elaborada para a construção de uma relação adequada entre estado e religião é teórica⁴. Esta afirmação também é controversa no debate contemporâneo, sobretudo nos EUA, a respeito da liberdade de religião, pois autores nele envolvidos tendem a replicar a divergência da teoria do direito entre realistas/positivistas e anti-positivistas quanto à importância da filosofia ao direito⁵. Observar este ponto nos permite superar alguns equívocos sem deixar de incorporar o que há de correto na parte da bibliografia que não compartilha as filiações teóricas desta tese.

Tomemos um exemplo, a saber, algumas das críticas dirigidas a *Religion Without God*, livro de Ronald Dworkin. Paul Horwitz⁶ e Andrew Koppelman⁷ dirigiram pelo menos uma crítica convergente a um ponto, a saber, à disposição de Dworkin de oferecer uma visão interpretativa de religião e da sua liberdade⁸. Em suma, Dworkin se pergunta o seguinte⁹: o que há de valor potencialmente captado pela definição de religião? Em argumento a ser

³ GEDICKS (1997-8, esp. p. 557 e p. 571). Veja LABORDE (2014a, 2014b, 2015a).

⁴ E não, portanto, uma noção "fluida", dependente de arranjos históricos dados, como sustenta Andrew Koppelman a respeito da neutralidade do Estado quanto à religião (KOPPELMAN, 2013b, p. 26).

⁵ DWORKIN, 2006b ou 2010, cap. 2.

⁶ Ver HORWITZ, 2014b; veja ainda texto de HORWITZ, 2013a, que aplica análise econômica à religião. Entre nós, autora que passa pelo tema é PINHEIRO (2009 e 2017).

⁷ KOPPELMAN, 2014a.

⁸ Elemento também claro em DWORKIN, 2008, pp. 63-4, em que o debate acerca do papel da religião na esfera pública é um "debate of principle, not of history", p. 64, e que razões práticas para a proteção especial da religião, embora convincentes na ocasião da fundação dos EUA, não estão disponíveis hoje (pp. 67-8; veja comentários de LABORDE, 2014b, p. 1270, n. 58 e de HORWITZ, 2014b, pp. 4 e ss., 10, 14). Compare com LAYCOCK (2010, pp. 80 e ss.) criticando a rejeição do argumento textual por EISGRUBER e SAGER (2007, p. 5, 58, 67 e ss., esp. pp. 69 e 70 para Laycock e pp. 72-3 para MacConnell; veja ainda 2008-9, pp. 822-3, 832 e ss.) e INAZU (2014); veja ainda MACCONNELL (2000-1, pp. 9-10, p. 12 e p. 15) e crítica de GEDICKS (1997-8, pp. 558-560) a LAYCOCK, bem como seus comentários sobre história (pp. 560-2). Veja ainda TIERNEY (2003, pp. 48 e ss.) e GEORGE (1993, pp. 199-200). Questão paralela a essa é a possibilidade de encontrar padrões gerais que expliquem o direito norte-americano sobre as relações entre estado e religião. GREENAWALT, em *Exemptions* (2016), não admite visão mais geral das cláusulas - coisa que KOPPELMAN (2017a) pretende oferecer na sua resenha do livro (pp. 822 e p. 846, bem como p. 833, comentando visão que Smith ofereceu a livro anterior de Greenawalt; veja ainda KOPPELMAN, 2016, p. 46). ESBECK (2007) também discorda da postura de Greenawalt e tenta oferecer "regularização" da jurisprudência da Suprema Corte norte-americana a partir de algumas regras. A meu ver, esta é também a crítica NUSSBAUM a Kent Greenawalt (em 2007, n. 109, p. 381 à p. 180). Compare com MCCONNELL e o esforço que faz de construir uma "Unified Theory of Religious Freedom" (2000-1, pp. 38 e ss.), bem como LAYCOCK (2010).

⁹ DWORKIN, 2013, cap. 3, p. 111. LABORDE (2015b, pp. 582-3, 590, 595 e 2016, pp. 251, 265) defende esta postura interpretativa para lidar com a liberdade de religião, tema do segundo capítulo. Quanto ao ensino religioso nas escolas públicas, tema do terceiro capítulo, veja ALMEIDA (2008, pp. 263 e ss., p. 294) para análise e rejeição do argumento de Danilo Mendonça, que vê na teoria do direito de Dworkin caminho para defender o o ensino confessional como a melhor opção dada a história do direito constitucional brasileiro.

oportunamente analisado, o autor conclui que o significado de religião deve ser expandido para incluir práticas de identificação de valor objetivo da realidade independentemente de conterem componente teísta. Ou seja, é possível ser religioso sem acreditar em Deus, e aqueles que acreditam em Deus não são religiosos por fazê-lo. Este ponto será elaborado no próximo capítulo, mas vale antecipá-lo para indicar as filiações teóricas deste trabalho.

Para este propósito, o importante a ressaltar é que o argumento de Dworkin é interpretativo¹⁰ porque não ignora as práticas contemporâneas de valor, inclusive as que se restringem a versões teístas de atribuição de valor; ele é interpretativo porque as submete ao escrutínio da pergunta fundamental: há algo de teoricamente específico nas manifestações teístas? A resposta negativa implica a extensão do conceito de religião para além do teísmo. Ademais, o argumento é interpretativo porque Dworkin se pergunta: que tipo de contribuição estas práticas trazem ao valor da vida dos sujeitos nelas envolvidas? O autor, recuperando sua teoria da dignidade desenvolvida anteriormente, destaca a ideia de independência ética, como a característica da vida digna segundo a qual aquele que a vive é o responsável por tomar as decisões cruciais sobre como conduzi-la¹¹. A conclusão prática da independência ética é que a liberdade de religião consiste na limitação da atuação do Estado, que passa a poder agir por razões de justiça (por exemplo, proíbe o aborto em fim de gravidez para proteger o direito à vida do feto) mas não razões éticas (não proíbe interrupção de gravidez no início, pois o feto não tem direitos), a fim de evitar imposição de concepção de bem ao cidadão (no caso, para evitar impor à gestante uma visão sobre o valor intrínseco da vida, uma questão religiosa)¹².

Por fim, pergunta Dworkin: o valor de proteger essas práticas da intervenção do Estado exige que o façamos por meio de instituições como as reservadas à liberdade de expressão, por exemplo, que só podem ser restritas em casos de risco "presente e claro"¹³? O autor, novamente em argumento a ser apresentado e criticado oportunamente, conclui

¹⁰ DWORKIN, 1986 ou 2007, cap. 2.

¹¹ DWORKIN, 2012 ou 2011, cap. 9, 1995, 2001b ou 2005a, cap. 6; ROSA, 2014a, cap. 2; veja comentários ainda neste capítulo, na seção "Antecedentes". Veja LABORDE (2016, pp. 251 e ss., 259) e Veja análise de CLAYTON (2017, pp. 137 e ss., esp. "An authentic life is one that is *identified* and *pursued* by oneself. Such a life does not require freedom from influence or from natural or social limitations.", p. 139, *itálicos no original*, veja pp. 139-40 para análise dos "familiar civil rights of liberal society" (p. 139).

¹² DWORKIN, 1993 e 2013. Veja MCCLAIN (2015).

¹³ Veja DWORKIN, 2011a ou 1977, cap. 7 e 2006a ou 1996a, cap. 8, e 1988. Analisei a concepção de liberdade de expressão em Ronald Dworkin em ROSA: 2014a, pp. 28 e ss., 39-56, 76 e ss., 62, 64, 167, 174, 221, conclusão, 2014c (comentando crítica de Waldron), 2015a, 2017a, 2017b e outros trabalhos citados na bibliografia.

negativamente¹⁴. Para ele, uma vez expandida a ideia de religião, a sua proteção por um direito especial seria impossível de se reconhecer pois geraria incoerências e injustiças. Ademais, proteção desta espécie é desnecessária, pois a restrição da ação do estado aos casos em que há violação de justiça é o suficiente para preservar a independência das vidas. A liberdade de religião não é, então, um direito especial.

Meu objetivo, no momento, não é adotar ou criticar este argumento de Dworkin. Pretendo somente distinguir a disposição teórica que o autor tem com a atitude, digamos, mais pé no chão (ou no direito) de outros autores. Em contraste com a tese interpretativa¹⁵, Horwitz rejeita a abordagem teórica de Dworkin¹⁶ e Koppelman entende o esforço de interpretar as relações jurídicas entre estado e religião nos EUA como uma análise quase sociológica do acordo político flexível mas dado a cada momento¹⁷. De maneira semelhante, Richard Garnett¹⁸ tem chamado a atenção à história do direito norte-americano e ao texto da Constituição dos EUA para defender que a religião é e deve ser entendida como especial. O autor, naturalmente, oferece um argumento substantivo para tal conclusão, e este argumento será importante a esta tese¹⁹. Mas para além dele, Garnett chama a atenção para aspectos de

¹⁴ CLAYTON, 2017, p. 135.

¹⁵ DWORKIN, 1986, cap. 2; veja ROSA, 2014, esp. cap. 1, pp. 52 e ss..

¹⁶ Veja a crítica de HORWITZ (2014b) a Dworkin, esp. p. 4 (apresentando a visão de princípio, e não textual ou histórica, de Dworkin), e p. 19 (concluindo que a filosofia não ajudará a esfriar as guerras sociais em torno da religião). Veja ainda DWORKIN, 2008, pp. 67-9 para rejeição de razões históricas (como guerras de religião) para proteger especialmente a religião, e para a formulação da questão teórica a se por como de liberdade, de filosofia.

¹⁷ "The life of political theory has not been logic. It has been articulating the zeitgeist", 2014, p. 1250 (ver HORWITZ, 2013a, p. 38, citando Holmes). Vale lembrar, por outro lado, que o projeto de Koppelman não é só de capturar um consenso qualquer em torno da relação entre estado e religião, mas mostrar que o consenso norte-americano é "coerente e atraente" 2013b, p. 1. Compare com SCHWARTZMAN (2012, esp. p. 1357).

¹⁸ GARNETT, entre outros, 2011, pp. 1818 e ss., 2014a, pp. 42-3. Ver ainda McCONNELL, 2000, pp. 12-16. Veja referências em nota acima.

¹⁹ Em diversos pontos, Garnett faz perguntas de tom interpretativista, em especial se o que enxergamos de valor na religião é protegido por um regime exclusivo de liberdade individual. Por exemplo, ele diz o seguinte: "We should want our laws -- and perhaps especially our human rights laws -- to capture faithfully what is significant, and what really matters, about the real world that these laws govern and to which they speak. We should want, in other words, our human rights laws to "see," and so to respect and protect, the freedom that belongs rightfully to religious groups, associations, institutions, and communities." GARNETT, 2010, p. 220. Não precisamos concordar com a resposta do autor (que é negativa e é seguida pela sua defesa da liberdade da Igreja como uma categoria teórica paralela às liberdades individuais). Por hora basta observar a semelhança da pergunta com a de Dworkin: ambos os autores e perguntam se uma categoria teórica (no caso de Dworkin, a independência ética e, no caso de Garnett, a tradição ocidental de direitos individuais) é capaz de captar o que há de valioso na proteção da religião frente as interferências do estado. Este tipo de pergunta é interpretativo porque trabalha internamente os sucessos e os fracassos da prática, isto é, dispõe-se a confirmá-la ou corrigi-la conforme padrão normativo nela disponível e a partir do qual ela deve ser avaliada. Para visão a meu ver parcialmente convergente, veja a obra de Douglas Laycock (LAYCOCK, 2010, p. 21-2, e p. 72, sobre o significado de religião).

relevância limitada numa postura interpretativista, a saber, a histórica e o texto dos diplomas legislativos. Em geral, para estes autores, o argumento dworkiniano de buscar conhecer o valor por trás das práticas e a disposição de interpretá-las a partir deste valor²⁰ é no mínimo desnecessário, e por vezes equivocado, pois o direito norte-americano não deixa dúvidas: a religião é diferente de outras práticas sociais e merece tratamento diferenciado.

Este trabalho rejeita esta postura, embora ela esteja disponível ao intérprete do direito norte-americano²¹ e talvez também ao intérprete do direito brasileiro, afinal, a Constituição Federal de 1988²² veda a subvenção *da religião* ou estabelecimento de *culto ou igreja*,²³ imuniza seus *templos* de cobrança de tributos²⁴ e obriga o ensino *religioso* facultativo nas escolas públicas.²⁵ Esta tese sustenta que esta disposição é aparente, e que o ônus argumentativo do intérprete não é atendido por simples referências ao texto da Constituição e aos pronunciamentos genéricos de que o Estado *pode* incentivar a religião.

Isto não basta, como percebem Dworkin e outros. Com efeito, veremos que afirmar a permissão destes incentivos é verdadeiro porque é inevitável, e que o ônus do intérprete é

²⁰ DWORKIN, 1986, cap. 2, esp. p. 13.

²¹ SCHWARTZMAN (2014, pp. 1099 e ss., esp. p. 1101) caracteriza a Constituição norte-americana como "antiquada", em contraste com a tendência posterior de outros diplomas garantidores de direitos de protegerem tanto a religião quanto outras práticas (como a consciência), o que se reflete em trabalhos contemporâneos, como os de MACLURE & TAYLOR (2011 esp. pp. 105 e ss. e p. 90, inclusive n. 8 na p. 128, que se vêem inspirados por DWORKIN, 2011) e de NUSSBAUM (2008); compare com FINNIS (2011, pp. 35 e ss., que tem visão contrária). Veja ainda SCHWARTZMAN (2012, p. 1426), MCCONNELL (2000-1, pp. 12 e ss.) e Veja ZUCCA (2015, p. 392) e AUDI (2015, pp. 418-9). A CF/88, pelo menos no artigo 5º, VI e VIII reflete o processo histórico de afastamento do modelo norte-americano que o autor elogia (veja ainda comentário de PINHEIRO, 2017 e MAZZUOLI & SORIANO, 2009, p. 28), embora em outros pontos, como a imunidade aos cultos e a dispensa do serviço militar aos eclesiásticos, pareça privilegiar a religião frente a outras manifestações humanas, a exemplo da Primeira Emenda à Constituição dos EUA, que fala especificamente de "religião".

²² Esta parece ser parte da postura de Gilmar Mendes ao citar diversos dispositivos da CF/88, alguns dos quais menciono aqui, em caso no STF que discuto abaixo em nota (STF, 2009). Compare MACLURE & TAYLOR (2011, n. 6 na p. 118 à p. 56) e BRANCO (2009, p. 461) sobre preâmbulos de constituições.

²³ "Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;"

²⁴ "Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI - instituir impostos sobre: (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

(...)

b) templos de qualquer culto;"

²⁵ "Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental."

construir critérios sobre as hipóteses em que esse incentivo decorre de uma visão coerente da Constituição.

O argumento a ser oferecido nesta tese de doutorado é firmemente situado no campo interpretativista do direito e da política. Dados os constrangimentos institucionais de qualquer curso de doutorado realizado hoje em dia, pretendo discutir temas pontuais, e não oferecer uma teoria detalhada das relações entre governo e religião. Mas pretendo fazê-lo com a disposição de assumir o ônus fundamental do intérprete do direito, a saber, compreender qual a melhor regulamentação íntegra capaz de ser extraída da prática jurídica nacional, ainda que esta prática, como é o caso, seja basicamente formada pela Constituição e por alguns documentos jurídicos esparsos. Este esforço exige elaboração teórica, daí a referência a autores estrangeiros, inclusive aqueles que, no contraste de teoria do direito traçado, tem filiação doutrinária mais arredia a vãos teóricos.

Em suma, este trabalho defende a possibilidade e a necessidade de interpretar as normas e princípios de liberdade de religião e secularismo na Constituição Federal de 1988 de modo internamente coerente. É possível identificar outra maneira, a saber, uma que trate as questões desta natureza de maneira a entendê-las como internamente desconectadas, como se todo tipo de influência e relação entre estado e religião fosse exceção à natureza secular com que se quer construir a política.

Mas esta visão tem um problema. Se entendemos a separação entre religião e Estado de forma tal que a imunidade tributária dos cultos não lhe seja compatível²⁶, a Constituição precisa ser interpretada por pelo menos dois grupos de princípios (um para cada norma) e, portanto, cultos que gozem de imunidade serão, nesta questão tributária, regulados por um grupo que não explica, por exemplo, a proibição de subvenção das religiões. Podemos dizer, a partir da reflexão de Ronald Dworkin, que esta alternativa é problemática porque viola a igualdade ao permitir que casos que deveriam receber tratamento análogo, ainda que não idêntico, ou melhor, cujos tratamentos, ainda que diferentes, podem sê-lo se justificados por uma só teoria, sejam tratados de formas diferentes em razão de as diferentes normas que os regulam não poderem ser justificadas por uma só teoria²⁷. Meu objetivo nesta pesquisa é

²⁶ Veja no capítulo 3 crítica à doutrina nacional sobre o ensino religioso nas escolas públicas (MONTEIRO, 1997 e FERRAZ, 2008, por exemplo).

²⁷ WALDRON (1997, p. 7). Para o tema, veja DWORKIN: 1986 ou 2007, caps. 5 e 6; 2006b ou 2010, cap. 6; veja ainda ROSA: 2014a, esp. cap.1, pp. 52 e ss., 56 e ss. Veja ainda LAYCOCK (2010, pp. 21-2 e referências

realização de esforço oposto: pretendo interpretar a Constituição Federal de 1988 de maneira internamente coerente.

Este esforço, naturalmente, não é inovador. Dentre os que se dedicaram a empreitada de compreender igualitariamente as relações entre estado e religião destacam-se Eisgruber and Sager, que, em seu livro abrangente do direito norte-americano sobre o tema, buscam o tempo todo a construção de uma visão teórica internamente coerente e que ofereça interpretação convincente do direito²⁸. Isto se faz a partir da ideia de igualdade, que fornece os instrumentos pelos quais é possível estabelecer as condições e os limites de acomodações à religião, entre outros. Os autores, é bem verdade, defendem parte significativa dos precedentes norte-americanos sobre o tema²⁹, mas o fazem a partir de disposição interpretativa evidente: querem saber o que há de valor nestas soluções e como podem ser consideradas decorrentes de um só ideal de governo. Em outras palavras, o esforço de Eisgruber e Sager pode ser interpretado como uma aplicação da integridade ao tema, isto é, como o esforço de tratar o direito das relações entre estado e religião nos EUA como oriundo de um só conjunto de princípios, que aplica a todos os casos regras que podem ser distintas mas que, em última instância, são internamente coerentes.³⁰

Veremos, no capítulo segundo, por que, embora Ronald Dworkin e Eisgruber & Sager tenham postura adequada quanto ao direito e sua interpretação, o modelo que oferecem não protege suficientemente a liberdade de religião. Por enquanto, gostaria de apresentar alguns dos pressupostos de teoria política desta tese; trata-se do liberalismo igualitário de Ronald Dworkin.

nas próximas notas). Para citar Dworkin, procuro fazer referência tanto ao original quanto à tradução (daí o "ou" nas notas).

²⁸ Os autores dizem: "Equal Liberty demands principled consistency accross cases rather than conformity to some idealized, theoretically specified regulatory equilibrium." (EISGRUBER & SAGER, 2007, p. 90).

²⁹ EISGRUBER e SAGER (2007). KOPPELMAN (2013b) também tenta fazê-lo, embora tenha visão cética sobre a igualdade. Compare com a crítica de Douglas Laycock ao que chama de "disaggregated neutrality", que, entre outros, "shift back and forth among different versions of neutrality without explanation" (LAYCOCK, 2010, p. 21). Ver crítica de LABORDE: este coerentismo de certos autores com o direito positivo de qualquer país prejudica análise política sobre a religião (2014a, p. 63, 75-6, 2014b, pp. 1257-8).

³⁰ DWORKIN, 1986 ou 2007, caps. 5-6 e 2006b ou 2010, cap. 6. Veja ainda GOMES & ROSA (2018, previsão de publicação).

Seção 2. Antecedentes.

Em trabalhos anteriores, sobretudo em dissertação de mestrado defendida em 2014, apresentei a interpretação de Ronald Dworkin sobre a liberdade de expressão³¹. Embora o tema desta tese seja diferente, e parte significativa das visões de Dworkin sobre liberdade de religião sejam analisadas e rejeitadas neste trabalho, a teoria política liberal, bem como a teoria dos direitos por trás da visão de liberdade de expressão do autor, apresentadas na dissertação, são adotadas nesta tese. Por isso, temas, argumentos e soluções presentes na defesa dworkiniana da liberdade de expressão, e apresentadas na dissertação, retornem na tese, embora, sobretudo no capítulo 2, abaixo, sejam feitas críticas às conclusões que Dworkin defende a respeito da liberdade de religião. Ao longo do trabalho, faço referências às obras de Dworkin, bem como aos comentários que fiz na dissertação; desde já, entretanto, gostaria de destacar os temas mais salientes que analisei anteriormente e que compõem o pano de fundo deste trabalho.

Em primeiro lugar, Dworkin defendeu visão de direitos como "direitos fortes"³². É esta a categoria que o autor nega ser adequada para interpretar a liberdade de religião³³, embora lhe enxergue centralidade na interpretação da liberdade de expressão. O argumento desta tese, no capítulo 2, pode ser entendido como defesa da aplicação da análise que o autor faz de liberdade de expressão à liberdade de religião, exatamente o que Dworkin negou em *Religion Without God*.

Em segundo lugar, a noção de secularismo em Dworkin, e a distinção que faz entre ações do indivíduo e coletivas, são aplicação específica à religião da categoria independência³⁴, que marca sua visão individualista de ética³⁵, de direitos³⁶, e que repercutem

³¹ ROSA: 2014a. O trabalho foi financiado pela FAPESP (processo nº 2011/15618-4). Veja ainda ROSA: 2014b, 2014c, 2015a, 2015b, 2016a, 2016b, 2017a (e vídeos referidos na bibliografia), 2017b.

³² DWORKIN, 2001a ou 1977, cap. 7; veja ROSA: 2014a, esp. cap. 1 e seção 1 e subseção 4.1. KENDRICK (2017) faz análise diferente da minha a respeito do tema na obra de Dworkin: na visão da autora, ter um direito não significaria poder provocar "harm" (pp. 103-5; sobre "harm", veja ainda pp. 103 e ss., 96, 96-7, 102 e seção 3 do capítulo segundo, abaixo). Entre nós, veja DE LIMA (2011).

³³ Embora pelo menos num ponto parecia tê-la endossado: DWORKIN, 2001b, p. 217-8, citado em ROSA (2014a, p. 151).

³⁴ LABORDE (2016) nota isso: comentando Dworkin, diz que "The state's attitude to religion, then, is only an application of a broader liberal principle of justificatory neutrality" (p. 251; veja ainda pp. 251 e ss., 258-9). Veja ainda MCCLAIN (2014) e CLAYTON (2017, esp. p. 137). Veja DWORKIN, 1996a ou 2006a, cap. 11, entre outros; veja em especial ROSA: 2014a cap. 3, pp. 189 e ss., 191-4, para análise da democracia no autor.

³⁵ Para "independência ética" no autor, veja DWORKIN, 1996a ou 2006a, cap. 11, 2011 ou 2012; ver ainda ROSA: 2014a, esp. pp. 45, 73 e ss., 59, 61, cap. 2, seção 2.2, 96-8, 103-4, 114 e ss., 135 e ss., 150 e ss., 154-5,

na sua teoria política, inclusive na sua teoria da democracia. Com efeito, o que Dworkin chama de estado secular, e que discuto abaixo no capítulo primeiro, é uma aplicação particular à liberdade de religião do que ele chamou de "cultura de independência"³⁷, e que ele defendeu a partir de visão de ética que inclui a independência da vida. A ideia de voluntarismo, defendido pela literatura interpretativa das cláusulas religiosas da constituição norte-americana, também está por trás das visões de Dworkin, bem como a tese de individualização das ações religiosas, proposta, por exemplo, por Laycock.

Em terceiro lugar, alguns argumentos oferecidos por Dworkin ao lidar com a liberdade de expressão são pertinentes à liberdade de religião. Em especial, a proposta de delimitação dos direitos especiais à liberdade de religião defendida nesta tese a partir de análise de Michael McConnell é similar ao modo pelo qual Dworkin enfrenta o tema da pornografia e as regras de zoneamento que restringem seu consumo³⁸. Ademais, o argumento de Dworkin contra a existência de um direito especial à liberdade de religião ecoa argumento oferecido pelo autor a favor do direito ao discurso de ódio: a crítica ao descontrole na liberdade de religião oriundo da expansão do conceito de religião me parece análogo à crítica de impossibilidade de "generalização"³⁹ dos direitos que, segundo os interlocutores de Dworkin, o discurso de ódio viola. Este é argumento comum de Dworkin para sustentar que um direito é aparente. No caso da liberdade de expressão, em que se discutem direitos contra o discurso de ódio, o argumento do autor é bem sucedido. No caso de *Religion Without God* e a negação do direito especial à liberdade de religião, não é. Parte significativa do capítulo 2 visa a mostrar o porquê deste erro. Em suma, pretendo defender modelo de liberdade de religião que é, a meu ver, próximo ao que Dworkin defendeu à liberdade de expressão.

180 e ss.; entre nós, veja FURQUIM (2010),. O tema é central à interpretação que o autor faz da liberdade de religião e o analisarei no capítulo 2, abaixo.

³⁶ DWORKIN, 2001a ou 1977, cap. 7; veja ROSA: 2014a, esp. cap. 1, pp. 37, 107, 140, 161, conclusão, 2017b e 2017a.

³⁷ DWORKIN, 1996a ou 2006a, cap. 11; ROSA, 2014a, cap. 3, subseção 4.3, conclusão e 2017a (bem como comentários de Lucas Petroni na apresentação do texto e a resposta, disponíveis nos vídeos indicados na bibliografia).

³⁸ DWORKIN, 2005b ou 1985, cap. 11, e 2006a ou 1996a, cap. 9; ROSA, 2014a, pp. 203, 223-4. Com efeito, o tema do zoneamento é importante à doutrina da liberdade de religião, afinal, igrejas são comumente afetadas por regras desta espécie (veja EISGRUBER & SAGER, 2007 e LAYCOCK, 2010); veja BAKER (1996-7, pp. 1008-9).

³⁹ DWORKIN, 2005a, p. 515-5 ou 2001b, p. 366 para argumento discutido em ROSA: 2014a, cap. 3, esp. pp. 202, 210 e ss., 213 e ss., p. 215, n. 888 (citando DWORKIN 1996a, p. 272 ou 2006a, p. 232) e pp. 220-2 (citando trabalho de Caio Moysés de Lima). Veja ainda GOMES & ROSA: 2017 e ROSA: 2015b (bem como apresentação de 2017a para resposta a pergunta de Horácio Neiva).

Por fim, vale salientar o seguinte. A dissertação, de certa forma, fixou uma agenda de pesquisa, cuja continuidade é composta, entre outros, por esta tese, em que pretendo apresentar características do ambiente público necessário à liberdade⁴⁰, bem como compreender as liberdades como uma questão de igualdade e de boa vida⁴¹. A liberdade de religião é compreendida nesta tese nesses termos: como uma questão de igualdade e do ambiente em que podemos viver com liberdade.⁴² Em suma, Dworkin integra justiça e ética⁴³ e igualdade e liberdade. esta tese se constrói a partir da pressuposição de que estas integrações são acertadas. O que a tese faz então é identificar argumentos éticos e igualitários a favor de modelo secular de governo que reconhece acomodações religiosas e que permite ensino religioso nas escolas públicas.

Estes elementos de conexão entre liberdade de expressão e de religião, e que fazem trabalhos anteriores a este serem relevantes ao argumento da tese, não são coincidência. Dworkin apresenta sua visão de liberdade de expressão num contexto político-jurídico norte-americano, e as soluções a que chegam doutrina e jurisprudência dos EUA quanto a um tema (a liberdade de expressão) refletem no outro (a liberdade de religião), e vice-versa. Meu objetivo nesta tese é defender solução igualitária também à segunda, e não só a primeira. Em outras palavras, convencido no mestrado de que Dworkin trata bem a liberdade de expressão na sua teoria da justiça, a pergunta que surge é: ele trata bem a liberdade de religião? Não muito, mas podemos fazer melhor a partir de suas obras anteriores. Como é possível fazê-lo é objeto da próxima seção.

Seção 3. Os autores e as questões do trabalho

Esta tese foi construída a partir da incorporação de partes de reflexões de diversos autores a respeito da relação entre direito e religião. A maior parte deles escreveu no ambiente

⁴⁰ ROSA: 2014a, pp. 148, 171, conclusão, 174-5, pp. 246 e ss. ou 2017 (comentando WALDRON, 2012). Veja abaixo defesa das contribuições de Richard GARNETT à liberdade de religião. Discuti o texto em 2017 em mesa composta por Jacqueline Abreu e Lucas Petroni; fica o agradecimento especial a Petroni, que debateu o texto e incentivou continuar pensando a questão das liberdades na chave proposta no artigo (apesar das suas divergências com Dworkin). Agradeço ainda a Luciana Silva Reis, que, em pergunta, também incentivou a proposta.

⁴¹ DWORKIN, 2001b ou 2005a, cap. 3 e 1995; ROSA: 2014a, 139 e ss., cap. 140 e ss., 143, 140, 127, 148, 166 (esp. n. 707, citando DWORKIN, 2001b, p. 122). Daí a necessidade de uma teoria da justiça (2014a, conclusão, 2017), e daí a crítica que fizemos David Francisco Lopes Gomes (GOMES & ROSA, 2017) e eu (2015b) fizemos à doutrina da proporcionalidade. Veja ainda a crítica, a partir de Dworkin e de análise que Robert Post faz de Oliver Holmes, que fiz ao STF no caso da Marcha da Maconha (ADPF 187-DF) em ROSA (2015a).

⁴² ROSA: 2014a, pp. 249-50, conclusão.

⁴³ DWORKIN, 2001b ou 2005a, cap. 6 e 1995; ROSA: 2014a, esp. cap. 2.

jurídico norte-americano, mas essa circunscrição originária não impede o aproveitamento das ideias que construíram, como pretendo demonstrar. Antes de apresentar, nos capítulos a seguir, os argumentos fundamentais da tese, gostaria de expor, ainda que brevemente e de maneira não exaustiva, os principais débitos teóricos da tese.

Em primeiro lugar, como dito, esta tese se constrói a partir do liberalismo igualitário de Ronald Dworkin, notadamente de sua teoria ética, que identifica na independência e na responsabilidade os componentes de uma vida bem vivida; trata-se do que chamou de "individualismo ético". O autor, em uma série de escritos que apresentei em trabalho anterior⁴⁴, constrói visão da política e do direito que protegem o que chama de cultura de independência, adequadamente compreendida como o ambiente em que os sujeitos conseguem viver bem por assumirem a autoridade de formular eles mesmos suas visões de mundo. O secularismo faz parte deste política. Assim, análise das relações entre religião e estado levou o autor, em *Is Democracy Possible Here?* a propor visão de estado secular que remete aos indivíduos, e não ao coletivo, a formação dos compromissos religiosos. Estes elementos formam a base desta tese. A adesão ao trabalho de Dworkin continua quando o autor propõe visão interpretativa e abrangente de religião, que não se limita às visões ortodoxas do fenômeno; a adesão, entretanto, encerra-se quando o autor, em *Religion Without God*, sustenta que à liberdade de religião basta uma proteção genérica das liberdades pessoais, sendo inaceitável que se lhe reconheçam direitos especiais, próprios da liberdade de expressão. Faz parte desta tese a defesa de que parte da liberdade de religião precisa ser protegida por direitos especiais, ou acomodações. Parte do argumento que defendo é que as propostas de Dworkin demandam esta proteção qualificada, a despeito de visão contrária mantida pelo próprio autor.

Elemento importante a este argumento é que a religião é especialmente valiosa. Autor comprometido coma tese de que a melhor explicação do direito norte-americano exige esta premissa é Andrew Koppelman. O autor, entretanto, recorre a visão deliberadamente vaga de religião, e, neste ponto, sua análise precisa ser socorrida por reflexões de outros autores. Esta tese encontra em obra de Joseph Boyle e outros autores da tradução jusnaturalista esta reflexão: para o autor, a religião é o bem de harmonizar-se com o divino. Como outros autores, Boyle com razão admite que visões ateias sejam religiosas.

⁴⁴ ROSA, 2014a, 2017.

Jocelyn MacLure e Charles Taylor, em *Secularism and Freedom of Conscience*, trabalho curto mas bastante valioso, propõem reflexões também incorporadas nesta tese. Em primeiro lugar, os autores apresentam o secularismo como regra do mundo público no sentido herdado da tradição romana; público é, portanto, o governo, e não tudo aquilo que é acessível ou disponível a todos. Daí a ideia de que o governo deve ser secular, mas que os ambientes acessíveis a todos, como ruas e praças, não precisam ser. Ademais, os autores têm percepção de que regras institucionais são dependentes de visão moral, e que não se devem defender visões como "separação entre estado e religião" como se fossem independentes de objetivos substanciais mais básicos. Regras de separação são então maneiras pelas quais se executam valores políticos, e devem ser defendidas nestes termos. Por outro lado, a visão restritiva que os autores têm de "religião" é deixada de lado em prol de uma visão mais abrangente, ainda que os conceitos de "consciência" e de "integridade moral", apresentado pelos autores, compoñham o argumento que ofereço a pelo menos parte das acomodações à religião recomendadas nesta tese.

Como dito, aspecto da proposta dworkiniana de interpretação da liberdade de religião é visão interpretativa e abrangente do significado de "religião". Christopher Eisgruber e Lawrence Sager, em livro bastante influente intitulado *Religious Freedom of the Constitution*, ainda que críticos da própria necessidade de adoção de um critério constitucional de religião, buscam oferecer interpretação igualitária do tratamento da religião. Esta postura é essencialmente correta, ainda que os resultados não possam ser acatados completamente. Os autores, a meu ver, têm proposta bastante similar à de Dworkin quanto à proteção da religião por direitos especiais, e é objetivo desta tese mostrar por que, apesar de importantes, as análises que fazem precisam ser complementadas por direitos especiais a acomodações.

Ainda, parte da literatura que discuto, notadamente aquela que se pode classificar como igualitária, têm recebido análise e críticas perspicazes de Cécile Laborde, em muitos pontos incorporadas nesta tese⁴⁵. A autora têm se preocupado em compreender as possibilidades da liberdade de religião numa teoria igualitária, e tem cobrado da literatura dedicada ao tema o oferecimento de uma "métrica" desta igualdade.⁴⁶ A meu ver, a autora

⁴⁵ Veja LABORDE (2014b sobre Eisgruber & Sager, 2014b sobre Dworkin e 2015a sobre MacLure & Taylor; veja 2015b, 591, n., citando Dworkin, Leiter, MacLure & Taylor, Koppelman e Schartzman; veja ainda 2016, p. 267, n. 1 à p. 249).

⁴⁶ LABORDE, 2010, pp. 52, 62 e ss., 2016, p. 270.

traça corretamente o projeto igualitário a ser enfrentado.⁴⁷ Com efeito, a busca por uma teoria "complexly egalitarian" é exatamente o que se precisa para compreender o desafio que a liberdade de religião põe à teoria da igualdade⁴⁸ (embora não se deva concluir que qualquer teoria igualitária nega a especialidade da religião, como a autora parece sugerir⁴⁹). Nesta tese, tento esboçar solução para os problemas postos por Laborde, e, para fazê-lo, sigo os passos sobretudo de Nussbaum, que me parece, dentre os autores igualitários dedicados à liberdade de religião, é quem a analisou de maneira mais acabada e convincente.

É que Martha Nussbaum, em trabalho historicamente e filosoficamente mais ambicioso, mas, como o de Eisgruber e Sager, interpretativo da herança norte-americana, oferece análise igualitária mais próxima dos compromissos teóricos desta tese. Em suma, a autora desenvolve argumento constitucional e político cogente quanto ao não emprego de autoridade estatal para traçar distinções entre cidadãos em razão de religião, mas defende também acomodações a ações de consciência. As reflexões da autora serão em especial empregadas nas diferentes propostas de liberdade de religião (ver capítulo 2), bem como na construção de argumento a respeito da relação entre escola pública e religião (cap. 3). (Sem prejuízo dessas influências, vale reconhecer que pelo menos para um leitor (Koppelman),

⁴⁷ LABORDE, 2014: "This essay is part of a larger project that attempts to set out the precise (if limited) sense in which egalitarian political philosophy should treat religion as special, or uniquely special.", p. 53. Ao fim do texto (p. 77, n. 81, a autoria diz que "In future work, I am to reformulate a viable egalitarian project that dispenses with the category of religion altogether and instead pursues a strategy of disaggregation of the compound concept of religion"), a autora traça parâmetros que não me parecem promissores a um esforço igualitário. Apesar disso, diversas das críticas que faz à literatura igualitária são importantes e merecem atenção. O artigo em que LABORDE (2015b) executa o projeto tem as seguintes características: "The starting point of the disaggregation strategy is to suggest that different parts of the law should capture different dimensions of religion for the protection of different normative values." (2015b, p. 594; veja ainda 2016). A autora analisa diversas teorias, como a de KOPPELMAN (pp. 590 e ss.), e sustenta que não passam pelos três critérios que julga relevantes (não serem as teorias estreitas, sectárias ou injustas a quem não tem religião) (pp. 583 e ss., 587; veja ainda 2016, esp. pp. 255 e ss.), mas sustenta que sua visão passa nestes testes. Em suma, Laborde desagrega a religião em diferentes outros direitos (sua inspiração é James Nickel, 2015b, pp. 593 e ss.). Fica para outra ocasião analisar os argumentos da autora, dedicado à saber se a religião é especial (p. 2016, p. 249) e que, portanto, são importantes ao tema deste trabalho. Esta tese segue a opção de não desagregar a liberdade de religião, que não é compreendida como partes de outros direitos. A meu ver, a opção de proteger a religião por outros direitos é também a adotada por SCHARWITZMAN (2012), EISGRUBER & SAGER (2007) HIMMA (2015) etc. (entre nós, veja DA SILVA, 2015, pp. 277 e ss.).

⁴⁸ LABORDE, 2014a, pp. 76-7. A outra característica defendida por LABORDE é de a teoria não pretender coerência com um direito específico, o que, para ela, se mostrou um defeito na obra de EISGRUBER & SAGER (pp. 63, 75-6).

⁴⁹ LABORDE, 2013, p. 76 (sobre Dworkin a este propósito), 2014a, pp. 52, 54 (e p. 57, n. 17, citando MACLURE & TAYLOR, SCHWARTZMAN e DWORKIN como igualitários) e 2014b, pp. 1256-7.

Nussbaum segue estratégia de definição de religião similar à de McLure e Taylor, em contraste à proposta dworkiniana que adot..)

Um dos mais importantes juristas dedicados à relação entre religião e estado nos EUA é Douglas Laycock. De sua obra extrai-se a noção de que religião é questão individual, embora seu foco na ideia de neutralidade substantiva, i.e., na visão de que o estado deve buscar tanto quanto possível nem incentivar nem desincentivar ação religiosa, não seja opção mais recomendável. Por outro lado, outros pontos da reflexão de Laycock são importantes: para o autor, a religião é prática de responder a perguntas fundamentais da vida, o que faz com que seu conceito constitucional inclua o ateísmo quando voltado a responder a estas perguntas. Ademais, Laycock tem artigo e comentários extremamente proveitosos sobre legislação norte-americana que disciplina acesso de organizações, inclusive religiosas, às escolas públicas, bem como a respeito de precedentes da Suprema Corte dos EUA sobre o tema. O capítulo três desta tese, apesar de oferecer conclusão provavelmente contrária às preferidas pelo autor, é influenciado bastante por estes trabalhos.

Richard Garnett também merece menção: é jurista defensor de diversas análises incorporadas a esta tese, entre elas a importância de instituições à proteção da religião, cujos custos devem ser arcados por todos. Este ponto é essencial ao argumento do capítulo segundo, em que, a partir de Garnett (em artigo em coautoria com Dunlap), argumento pela proteção da religião pelo menos em algumas hipóteses por direitos especiais. Ainda que Garnett tenha conclusão a meu ver pouco convincente a respeito do caso *Hobby Lobby* (o autor defende que se acomodem empresas que se recusam, por liberdade de religião, a incluir métodos contraceptivos nos seguros-saúde de suas funcionárias), a interpretação que o autor faz da liberdade de religião e de suas necessidades a partir de contribuições de Jack Balkin e Frederick Schauer é promissora e bastante mais convincente que a visão mantida por outros autores, inclusive Andrew Koppelman. No fim do capítulo primeiro, elaboro em mais detalhes a incorporação das reflexões de Garnett.

Literatura importante, notadamente ao capítulo terceiro desta tese, em que defendo a possibilidade de ensino confessional nas escolas públicas brasileiras, é a representada na Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada pelo STF pela Ação Educativa & Outros. Trata-se de parte da literatura jurídica de direito constitucional brasileira que, formada por autores como Anna Cândida Ferraz, Nilton Monteiro, Gianotti & Monlevade (como membros do CNE) e

outros, mas que remete, segundo descrições disponíveis nos autos da ADI, Constituição de 1934⁵⁰. As sugestões do capítulo 3 não são novas, portanto, mas próprias de pelo menos parte do nosso direito constitucional.

Por fim, um diálogo num longo romance de Karen Maitland, intitulado *The Owl Killers*, serviu de catalisador a parte significativa do argumento desta tese. No trecho, uma personagem chama a atenção da outra para a consistência que a liberdade e os ambientes que a protegem exigem de nós. A meu ver, a fala da personagem articula o valor que Dworkin defende ao falar em integridade. O diálogo é importante a ponto de merecer análise à parte, feito no capítulo 2.

Naturalmente, há outros débitos, a autores como Andrew Koppelman, Frederick Gedicks, Carl Esbeck, Eugene Volokh, Christopher Lund, Thomas Berg, Kent Greenawalt, Robert George, John Finnis etc. Micah Schwartzman⁵¹ tem criticado a ideia de que a religião é especial, e tem identificado de maneira adequada o processo de expansão do conceito de religião empregado por quem defende proteção especial à religião. O autor o critica, a meu ver sem sucesso, por razões que exploro no capítulo 2 e que também afetam a obra de Dworkin. É que é necessário e possível limitar esta expansão, como defendeu Thomas Berg.⁵²

Em poucas palavras, defenderei na tese, a partir de um esforço interpretativo do direito e das relações entre religião e estado (e, portanto, como visto acima neste capítulo, contra Horwitz, Koppelman e Garnett), que parte da prática de religião precisa ser protegida por direitos especiais (ponto em que alio-me a Garnett, Horwitz, Koppelman, MacLure & Taylor e Nussbaum⁵³ e abandono Eisgruber e Sager e Dworkin). À outra parte basta proteção geral à liberdade. Assim, se na teoria do direito e no método de argumentação pretendo seguir o interpretativismo de Dworkin, na conclusão pretendo rejeitar suas visões (que, a meu ver, são bastante convergentes com as de Eisgruber e Sager). Espero que, ao fim da tese, esta exposição das referências esteja mais transparente e se constitua num argumento consistente e

⁵⁰ AÇÃO EDUCATIVA & OUTROS (2012) e DE MORAES(2017); veja ainda FERRAZ (2008), CNE (1997), MONTEIRO (1997). A peça da AÇÃO EDUCATIVA & OUTROS é especialmente importante, pois foi por ela que cheguei a FERRAZ e outros trabalhos da literatura.

⁵¹ SCHWARTZMAN (2012, esp. pp. 1355 e 2014, esp. pp. 1093-4, pp. 1101 e ss.); veja ainda GEDICKS (1997-8).

⁵² BERG, 2013, esp. p. 25, p. 36 e ss., 42.

⁵³ Embora, admita-se, a definição restrita de religião adotada por MACLURE & TAYLOR e a importância da ideia de consciência em NUSSBAUM coloquem este mapeamento em questão.

forte, apesar - e, a verdade, uma vez que - produto em reflexões poderosas disponíveis na bibliografia a respeito das relações entre estado e religião.

Os elementos deste produto serão expostos em maior detalhe nos três capítulos do trabalho. Mas vale apresentá-los brevemente. No primeiro capítulo, defendo o conceito de religião a ser empregado no trabalho. O conceito a ser adotado é expansivo como em Dworkin⁵⁴ e segue observações feitas por MacLure e Taylor sobre os "core commitments"⁵⁵, embora estes autores pretendam se escusar do uso da expressão "religião" para falar em "consciência", bem como a de Joseph Boyle a respeito da prática de religião como esforço de harmonização com o divino. É objetivo desta seção apresentar conceito de religião que permita selecionar, posteriormente, dentre as manifestações sociais religiosas, aquelas cuja liberdade é especialmente relevante à vida bem vivida e à independência ética. Defenderei que nem tudo na religião deve ser protegido nestes termos, mas que é possível reconhecer que em algumas hipóteses a mera não discriminação contra ações religiosas não basta. Este ponto é importante, pois a impossibilidade de fazê-lo sem discriminação foi o que levou Dworkin a rejeitar direitos especiais, tema do capítulo segundo.

Posteriormente, mas ainda no capítulo primeiro, ofereço concepção de secularismo a partir das contribuições de Ronald Dworkin, Douglas Laycock e MacLure & Taylor⁵⁶. Neste trabalho, secularismo é uma regra de justiça aplicável ao governo que exige que a religião, como esforço de harmonização com o divino, deve ser praticada pelos indivíduos ou por grupos formados por compromisso individual, não político. Ainda, nesta seção pretendo analisar as contribuições à liberdade de religião feitas por Garnett sob a rubrica de "liberdade da igreja"⁵⁷ a partir das análises institucionalistas de autores como Jack Balkin e Frederick Schauer. Acredito que algo de muito importante possa ser extraído das reflexões de Garnett, a saber, a compreensão de que a ideia de um governo limitado, que renuncia a tratar de questões de religião, é uma interpretação atraente de secularismo, bem como que a liberdade exige regras e arranjos públicos para a sua proteção. Não é meu objetivo saber se Garnett concordaria com os detalhes do argumento, mas sim extrair elementos relevantes de sua produção acadêmica, sobretudo aos argumentos desenvolvidos nos capítulos seguintes.

⁵⁴ DWORKIN, 2013, cap. 3.

⁵⁵ MACLURE & TAYLOR, 2011.

⁵⁶ MACLURE & TAYLOR (2011), LAYCOCK (2010) e DWORKIN (2013).

⁵⁷ Diversos trabalhos (ver bibliografia): por todos GARNETT, 2015b.

O objetivo do capítulo segundo é analisar o tema dos direitos especiais. O argumento fundamental a ser oferecido é que a distinção entre justiça e ética oferecida por Dworkin, e que permite ao estado agir por razões do primeiro tipo, mas não do segundo, como interpretada pelo autor, não oferece proteção suficiente à liberdade de religião⁵⁸. Corretamente compreendida, a independência ética, isto é, a atribuição ao sujeito, e não a terceiros, a possibilidade de decidir sobre o valor da vida, exige mais do que Dworkin pretende reconhecer pela distinção entre justiça ética. Exige direitos especiais, isto é, exceções à autoridade que o estado tem proibir condutas e que só podem ser negados em situações raras, de prevenção de violação de direitos especiais de terceiro⁵⁹. O direito especial à liberdade de religião se expressa em acomodações, isto é, por adaptações em regimes ou regras jurídicas para atender a demandas oriundas de exercício de religião. Direitos especiais são exigência da igualdade, e incluem a liberdade de expressão mas também a liberdade de religião. Procuro ainda expor por que, contra a visão de Dworkin e de autores como Eisgruber e Sager, selecionados porque assumem um ônus qualificado de oferecer visão coerente e igualitária da liberdade de religião, o reconhecimento de direitos especiais à religião não viola a igualdade; pelo contrário, pretendo demonstrar como seu reconhecimento é caracterizado, como sugere Nussbaum, por liberdade igualitária, que todos temos, mas que a alguns precisa ser especificamente protegida. A compreensão deste ponto exige exposição mais extensa de diferentes visões sobre a relação entre igualdade e liberdade e a defesa de uma concepção a respeito do "formato" da liberdade (expressão de Nussbaum) que explique por que a igualdade exige acomodações. Ademais, a partir de algumas sugestões de MacLure & Taylor, Garnett, Greenawalt bem como de Perry Dane, indico algumas hipóteses em que direitos especiais podem deixar de ser concedidos.

Por fim, o capítulo terceiro cuidará o ensino religioso nas escolas públicas. O objetivo do capítulo é oferecer interpretação do § 1º do art. 210 da Constituição Federal a partir dos argumentos acima apresentados a respeito da relação adequada entre Estado e religião. O referido dispositivo obriga o ensino religioso facultativo na educação pública fundamental, e sua interpretação foi disputada em ações no Supremo Tribunal Federal (ADIs 3268-2 e 4439). Neste capítulo, pretendo oferecer leitura igualitária do dispositivo, bem como

⁵⁸ Para tese contrária, veja CLAYTON (2017), para quem a independência ética assim compreendida "is enough".

⁵⁹ Ver discussão acima sobre direitos em Dworkin; veja ROSA, 2014a, cap. 1, esp. pp. 28 e ss., 39-46, 169-178, 175 e ss., 193, 242 etc.; 2017.

encontrar um critério de ocorrência do ensino religioso nas escolas que seja integrado à natureza secular do governo e às proteções das liberdades individuais de religião. Este critério será oferecido, entre outros, a partir de análise de escritos de autores como Douglas Laycock, Andrew Koppelman, Eugene Volokh, Eisgruber & Sager e Nussbaum, cujas análises sobre financiamento público de ações religiosas são capazes de iluminar as hipóteses em que o Estado secular pode beneficiar a religião. O argumento passará pela percepção de que a escola pública é uma manifestação institucional específica do estado, em que alguns indivíduos (os estudantes) têm suas liberdades privilegiadas, e que isso autoriza o tratamento excepcional das suas manifestações sociais, inclusive religiosas, que sejam levadas democraticamente ao ambiente escolar. Ademais, analiso as propostas da parte da literatura brasileira que, formada, entre outros por Anna Candido Ferraz e Nilton Monteiro, foi levada aos autos da ação pela Ação Educativa & outros, bem como defendida pelo Min. Alexandre de Moraes. Defendo que, salvo alguns pontos, a literatura é bem sucedida no seu objetivo de apresentar modelo de ensino religioso confessional que não viola o artigo 19, I da CF, que veda subvenção ou estabelecimento de culto.

Estes são os delineamentos dos temas e dos argumentos oferecidos nesta tese. Há, em outro sentido, diversas coisas que este trabalho não oferece. Entre elas, destacam-se as seguintes:

1) visão geral da teoria contemporânea das religiões, dos seus autores e dos argumentos que oferecem, embora diversos sejam mencionados e seus argumentos trabalhados, o que se dá conforme a necessidade do argumento da tese.

2) teoria detalhada da relação entre estado e religião e, embora para dois tema-chave (acomodações e ensino religioso nas escolas públicas) argumentos sejam defendidos.

3) análise detalhada da jurisprudência, embora documentos relativos aos dois tema-chave sejam trabalhados.

4) Análise detalhada da CF/88, que tem diversos dispositivos a respeito da religião entre religião e Estado. A tese se limita a oferecer o secularismo como uma regra de justiça a ser observada nestas relações, bem como razões para compreender religião de maneira ampla, e a enfrentar as duas questões mencionadas. Outros temas, como o das imunidades tributárias, não são objeto de análise.

Algumas observações finais sobre a bibliografia se fazem necessárias. Em muitos casos, utilizei versões disponíveis no SSRN, por vezes não publicadas em *journals* (como é aparentemente o caso de Perry Dane⁶⁰), mas somente no site, ou que, ainda que publicadas, talvez tenha sofrido alterações. Ainda, cito como sugerido por este *sítio*, mesmo quando referência inclui livro que não foi consultado (a paginação citada, portanto, é a do arquivo em .pdf disponível no site)⁶¹. Ademais, a versão pode não ser a última disponível, pois a plataforma permite revisões, o que naturalmente tem vantagens, mas ao mesmo tempo diminui controle do leitor. Ademais, em nota ao capítulo 3 explico como cito os documentos processuais consultados. Em especial, acórdão das ADI sobre ensino religioso nas escolas ainda não foi publicado, mas diversos votos foram disponibilizados. Ainda, num ponto trabalhos em coautoria são citados com nomes em ordens diferentes, para respeitar o que parece ter sido a opção dos autores.⁶² Por fim, pelo menos numa ocasião, corriji a sugestão de citação pois no ano indicado estava equivocado.⁶³

Isso dito, passo ao primeiro capítulo do trabalho.

⁶⁰ DANE (2013 e 2016).

⁶¹ TEBBE, SCHARTZMAN & SCHRAGGER (2016a e 2016b).

⁶² GEDICKS & KOPPELMAN (2014a e 2014b) e KOPPELMAN & GEDICKS (2015).

⁶³ KOPPELMAN (2017: ano constava como 2012).

CONCLUSÃO

Expostos em detalhe os argumentos nos capítulos anteriores, e já recapitulados anteriormente, gostaria de escrever alguns poucos parágrafos a título de conclusão desta tese. Chamo a atenção particularmente a um aspecto da literatura contemporânea a respeito da liberdade de religião. Frederick Gedicks acredita que atualmente os argumentos de defesa do tratamento especial à religião não são mais convincentes porque nos encontramos num momento histórico de valorização da igualdade.⁶⁷⁹ Com efeito, autores como Christopher Lund, Thomas Berg e Frederick Gedicks distinguiram dois modos de compreender a liberdade de religião: como questão de igualdade ou como questão de liberdade. A primeira é representada na literatura norte-americana pela análise antidiscriminatória oferecida por Eisgruber e Sager. Dworkin claramente se alia à tradição antidiscriminação de interpretação da liberdade de religião. É para defendê-la que escreveu o autor o capítulo terceiro de *Religion Without God*. Há, em contrapartida, autores que defendem a liberdade de religião como uma categoria especial. Nos EUA, são deste campo Garnett e o próprio Berg, entre outros. Formase, então, uma oposição entre os defensores da igualdade, que são críticos da especialidade da religião⁶⁸⁰ e entre os os que preferem a liberdade e as acomodações à religião.

A meu ver, é contra este tipo de oposição que o próprio Dworkin escreveu ao defender a integração entre igualdade e liberdade.⁶⁸¹ Segundo o autor, liberdade não tem contraste nestes termos com a igualdade. O argumento desta tese é que a liberdade de religião como uma categoria especial é uma exigência da igualdade. Esta tese sustentou que a dimensão antidiscriminatória da liberdade de religião deve ser preservada e desenvolvida, como sugere Dworkin, como uma doutrina do direito geral à independência ética. Mas isso não basta. O ponto é que a visão de igualdade como não discriminação é pobre como teoria da igualdade, e a meu ver é isso que está disponível na teoria política de Dworkin⁶⁸² contra ele próprio. Precisamos, com efeito, além desta doutrina, de maior proteção da liberdade por meio de direitos especiais. Uma coisa não exclui as outras. Ambas são necessárias, e ambas são uma

⁶⁷⁹ GEDICKS, 1997-8, esp. p. 557 e p. 571. O autor enxerga esta valorização mesmo em autores que defendem tratamento especial (por exemplo, Laycock, que cederia à igualdade ao incluir o ateísmo na religião).

⁶⁸⁰ LABORDE é quem analisou de maneira mais abrangente esta literatura, que chama de "egalitarian theories of religious freedom": 2014a, 2014b, 2015a (p. 586), 2016 (p. 249).

⁶⁸¹ DWORKIN, 2001b ou 2005a, cap. 3; 1996b, 2001c, discutidos em ROSA (2014a, pp. 139 e ss., cap. 140 e ss., 143, 140, 127, 148, 166 (v. n. 707 para citação de DWORKIN, 2001b, p. 122) e 2014b. Veja, entre nós, DA SILVA (2015, pp. 275-6).

⁶⁸² Que analisei em ROSA (2014a).

exigência da vida livre que a igualdade enxerga ser de todos por justiça⁶⁸³. O governo que respeita a liberdade assim compreendida é secular, e o é por agir com justiça quanto à religião.

A meu ver, quem defende teste desta espécie é Martha Nussbaum. Outros autores, filiados ao campo da "liberdade", como Laycock, surgem decisivamente no argumento do trabalho, que os incorpora, os relê a partir da igualdade, e os defende entendidos nestes termos. É essencial abandonar as linhas de oposição entre igualdade e liberdade. Nos dois casos, assume-se visão estreita de igualdade, seja para defendê-la, seja para rejeitá-la. Expandida a igualdade, como em Dworkin quando não se equivocada a respeito da liberdade de religião, o argumento de Garnett e outros a respeito da religião como mecanismo importante de compreensão das limitações ao estado adquire força. Em suma, a sugestão desta tese é que uma visão adequada de igualdade é capaz de explicar por que a religião deve receber tratamento especial. Ela é especial, embora não seja única, dizem Eisgruber e Sager, mas, ao contrário do que sustentam estes autores, exige certas concessões que não são necessárias a outras práticas, e sem as quais nossa harmonização com o divino, para usar os conceitos de Boyle, será prejudicado.

Outra Martha importante é a Mercadora, do inspirador romance escrito por Karen Maitland. Esta Martha nos chama a atenção para o compromisso com a liberdade, que é compromisso de protegermos coletivamente as escolhas, mesmo as idiossincráticas (só homens no sacerdócio, dia de guarda) que nossos concidadãos fizeram no exercício de liberdade que também temos - como diz a filósofa igualitária Martha - Nussbaum, ao mencionar o "formato" da liberdade de religião. Daí Eisgruber e Sager terem razão ao falarem de igual liberdade; mas estão errados - e Dworkin também - em crer que o teste dogmático de aplicação desta igual liberdade se limite às hipóteses de discriminação.

E como proteger a liberdade de religião? A dimensão moral da especialidade da liberdade de religião se reflete numa dimensão institucional, que é o direito especial. Daí ser desnecessário mostrar que a lei em análise não tratou com suficiente consideração as condutas humanas que proíbe (coisa que Dworkin julga necessário mostrar para provar a existência de

⁶⁸³ DWORKIN, 1995, pp. ; ROSA, 2014a, esp. p. 140 etc.; veja cap. 2 desta tese, acima. GEORGE faz a seguinte sugestão: "(...) to distinguish important liberties, whose restriction is justified only for the most compelling reasons, from comparatively unimportant and non-basic liberties, which may more readily be sacrificed for the sake of competing goods" (1993, p. 228); o autor sugere que a liberdade de religião é do primeiro tipo, enquanto esta tese sugere que parte dela é do primeiro e parte dela é do segundo.

direito geral à independência ética⁶⁸⁴). É, portanto, desnecessário qualquer *benchmark* ou *counterfactual*, ao contrário do que sugerem Eisgruber & Sager. É suficiente demonstrar que houve afetação a aspecto central da religião (Bagni, Laycock e McConnell), embora haja considerações outras que indicam que a acomodação não deve ocorrer (como, a meu ver, deve ocorrer no caso *Hobby Lobby*).

Estes são elementos substantivos defendidos nos três capítulos desta tese e que caracterizam o caminho contemporaneamente disponível para quebrar o padrão de ostracismo identificado por Tierney na citação que abre este trabalho. Na prática, a conclusão é de direito à acomodação justificado por direito especial a alguns casos de liberdade de religiosa e direito geral à independência ética nos demais. Este arcabouço indica que observantes do Sabá devem ser acomodados na aplicação de exames como um ENEM de forma mais generosa que a concedida pelo STF e, ainda, que pode haver ensino confessional e proselitista na escola pública observados certos critérios disponíveis na literatura estrangeira, mas também trabalhados em vertente da doutrina constitucional brasileira.

⁶⁸⁴ E que LABORDE (2014b, p. 1263) julgou ponto talvez suficiente para encontrar direitos especiais no autor (2014b e 2016, p. 268, n. 24 à p. 255): "Dworkin himself seems to concede that *if* something is considered by a group to be a 'sacred duty', a legislature can only ignore it if it can demonstrate a compelling state interest(39)", 2014b, p. 1263, sendo a nota 39 de redação "*See id.*" (itálico no original), a 38 "DWORKIN, *supra* note 2" (itálico no original), sendo a 36 "Dworkin, *supra* note 2, at 136 (emphasis added)" (itálico no original). A meu ver, esta não é a melhor interpretação do argumento de Dworkin, como defendi acima.

BIBLIOGRAFIA

Trabalhos acadêmicos.

- ALMEIDA, Fábio Portela Lopes de (2008). *Liberalismo Político, Constitucionalismo e Democracia: A Questão do Ensino Religioso nas Escolas Públicas*. Argumentum: Belo Horizonte, 2008.
- ARENDT, Hannah (1988). *Da Revolução*. Trad. Fernando Dídimo Vieira, Revisão da Tradução Caio Navarro de Toledo. Editora Ática & Editora UnB: Brasília.
- AUDI, Robert. (2015), "Religious Liberty Conceived as a Human Right", in CRUFT, Rowan, LIAO, S. Matthew e RENZO, Massimo. (Eds.). *Philosophical Foundations of Human Rights*. Oxford: Oxford University Press.
- BAGNI, Bruce N. (1979). "Discrimination in the Name of the Lord: A Critical Evaluation of Discrimination by Religious Organizations". *Columbia Law Review*, Vol. 79, No. 8 (Dec. 1979)
- BALDI, César Augusto. (2016). "Novo constitucionalismo, religiões afro e laicismo/secularismo: uma (não) discussão pendente". in *Empório do Direito*. 12/08/2016, disponível em <http://emporiiododireito.com.br/leitura/novo-constitucionalismo-religioes-afro-e-laicismo-secularismo-uma-nao-discussao-pendente-1>
- BALKIN, Jack. (2006). "What is Access to Knowledge?" in *Balkinization*, Friday, April 21, 2006, disponível em <https://balkin.blogspot.com.br/2006/04/what-is-access-to-knowledge.html>
- _____. (2007a). "The Infrastructure of Religious Freedom", in *Balkinization*, Saturday, May 05, 2007, disponível em <https://balkin.blogspot.com.br/2007/05/infrastructure-of-religious-freedom.html>
- _____. (2007b). "More on infrastructure and religious freedom", in *Balkinization*, Monday, May 07, 2007, disponível em <https://balkin.blogspot.com.br/2007/05/more-on-infrastructure-and-religious.html>
- BARBOZA, Márcio Rodrigues (2017). Sobre a teoria política de John Locke e o fato do pluralismo. *Pensata*, V. 6 N. 1 – Dezembro de 2017, disponível em <http://www2.unifesp.br/revistas/pensata/wp-content/uploads/2011/03/4.3-Artigo-M%C3%A1rcio-Barbosa.pdf>

- BARZOTTO, Luis Fernando (2010). *Filosofia do Direito: os conceitos fundamentais e a tradição jusnaturalista*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora.
- BAKER, Edwin C. 1996-7. "Harm, Liberty, and Free Speech." 70 *Southern California Law Review*. 979.
- BERG, Thomas. (2004). "The Voluntary Principle and Church Autonomy, Then and Now", 2004 *BYU L. Rev.* 1593 (2004), available at: <https://digitalcommons.law.byu.edu/lawreview/vol2004/iss4/7>
- _____. (2006-7). "Can Religious Liberty Be Protected As Equality?". Book review of *Religious Freedom and the Constitution* by Christopher L. Eisgruber and Lawrence G. Sager. 85 *Tex. L. Rev.* 1217 2006-7.
- _____. (2009) "Religious-School Financing and Educational Pluralism in the American Tradition" (May 7, 2009). *Antonianum Periodicum Trimestre*, Vol. 84, 2009; *U of St. Thomas Legal Studies Research Paper* No. 09-13. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1401087>
- _____. (2013). "Secular Purpose, Accommodations, and Why Religion is Special (Enough)" (2013). 80 *U. Chicago L. Rev. Dialogue* 24 (2013); *U of St. Thomas (Minnesota) Legal Studies Research Paper* No. 13-16. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2267577>
- BERG, Thomas, COLBY, Kimberlee Wood, ESBECK, Carl e GARNETT, Richard. (2011). "Religious Freedom, Church-State Separation, and the Ministerial Exception" (October 4, 2011). *Northwestern University Law Review Colloquy*, Vol. 106, p. 175, 2011; *Notre Dame Legal Studies Paper* No. 11-38; *University of Missouri School of Law Legal Studies Research Paper* No. 2011-21 . Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1938454>
- BERGER, PETER (1971). *A Rumour of Angels*. Penguin Books: Middlesex, England, 1971.
- BOU-HABIB, Paul. (2006.)"A Theory of Religious Accommodation" in *Journal of Applied Philosophy*, Vol. 23, No. 1, 2006.
- BOYLE, JOSEPH (1999). "The Place of Religion in the Practical Reasoning of Individuals and Groups", *The American Journal of Jurisprudence*, Volume 43, Issue 1, 1 January 1998, Pages 1–24, <https://doi.org/10.1093/ajj/43.1.1>

- BRANCO, Paulo Gustavo Gonet (2009) in MENDES, Gilmar Ferreira, COELHO, Inocêncio Mártires e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 4a ed. revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BROWN, Rachel Fulton (2017). "The Niceness Cosmopolitan Creed", *Fencing Bear at Prayer*, 28/10/2017, disponível em <http://fencingbearatprayer.blogspot.com.br/2017/10/the-niceness-cosmopolitan-creed.html>, último acesso em 20/11/2017.
- CLAYTON, Matthew (2017). "Is Ethical Independence Enough?" in LABORDE, Cécile e Bardon, Aurélia. (2017). *Religion in Liberal Political Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- COLE, David. (2017). "Why We Must Still Defend Free Speech" in *The New York Review of Books*. 28 September, 2007 Issue., disponível em <http://www.nybooks.com/articles/2017/09/28/why-we-must-still-defend-free-speech/>
- CONECTAS. (2015), Laicidade Estatal e Liberdade Religiosa, 20/05/2015, disponível em <http://www.conectas.org/pt/acoes/stf-em-foco/noticia/5437-laicidade-estatal-e-liberdade-religiosa>, último acesso em 25/06/2016
- CRADDOCK, Joshua (2017). "The Case for Complicity-Based Religious Accommodations" (June 25, 2017). 12 *Tennessee Journal of Law & Policy*, 2017, Forthcoming. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2992324>
- DANE, Perry, (2013). "Doctrine and Deep Structure in the Contraception Mandate Debate" (July 21, 2013). Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2296635> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2296635>
- _____. 2016. "Scopes of Religious Exemption: A Normative Map" (June 7, 2016). Religious Exemptions, (Oxford University Press), Forthcoming. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2812377>
- DA SILVA, Luis Virgílio Afonso (2002). "O Proporcional e o Razoável". *Revista dos Tribunais* **798** (2002): 23-50.
- DA SILVA, Fabiana Maria Lobo (2015). "Liberdade de religião e o ensino religioso nas escolas públicas de um Estado laico". *Revista de Informação Legislativa*. Ano 52 Número 206 abr./jun. 2015.

- DA SILVA, Regina Beatriz Tavares. (2017). "Divórcio, Separação e Liberdade de Crença." in *ADFAS*, disponível em <http://adfas.org.br/2017/12/26/divorcio-separacao-e-liberdade-de-crenca/>
- DE LEMOS, Rodrigo. (2017). "O ceticismo político e religioso de Anatole France (ou Como fazer inimigos)", Blog *Estado da Arte*, 9 de dezembro de 2017, disponível em <http://cultura.estadao.com.br/blogs/estado-da-arte/o-ceticismo-politico-e-religioso-de-anatole-france-ou-como-fazer-inimigos/>.
- DE LIMA, Caio Moysés (2011). *O Império dos Direitos: Lei e Autoridade Política em Ronald Dworkin*. 184f. Dissertação de Mestrado – Departamento de Filosofia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.
- DOMINGO, Rafael (2017). The Constitutional Justification of Religion (March 9, 2017). in *Ecclesiastical Law Journal* 18 (2016) 14-35.. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2930739> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2930739>
- DWORKIN, Ronald. (1977). *Taking Rights Seriously*. London: Gerald Duckworth & Co. Ltd, 2005 (terceira impressão), publicado inicialmente em 1977. Tradução brasileira: _____ . (1985) *A Matter of Principle*. London/Cambridge(Massachusetts): Harvard University Press, 1985.
- _____. (1986). *Law's Empire*, Oxford/Portland: Hart Publishing, 2008; publicação inicial em 1986.
- _____. (1988). "Devaluing Liberty". *Index on Censorship*, 1988, 17: 7.
- _____. (1994). *Life's Dominion – an Argument about Abortion, Euthanasia, and Individual Freedom*. New York: Vintage Books, edição vintage, 1994.
- _____. (1995). "Foundations of Liberal Equality" in DARWALL, Stephen (Ed.) *Equal Freedom: Selected Tanner Lectures on Human Values*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1995 (aulas dadas em 1988).
- _____. (1996a) *Freedom's law: the moral reading of the American Constitution*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1996.
- _____. (1996b) "Do Liberty and Equality Conflict?" In BAKER, Paul (Ed.) *Living As Equals*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- _____. (1996c) "The Curse of American Politics" in *The New York Review of Books*, Volume 43, N. 16, de 17 de outubro de 1996.

- _____. (2001a). *Levando os Direitos a Sério*. Tradução Nelson Boeira. Revisão da tradução Silvana Vieira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. (2001b) *Sovereign Virtue: The Theory and Practice of Equality*, Cambridge/London: Harvard University Press, 2001 (terceira impressão). (Tradução para o português: DWORKIN, Ronald.).
- _____. (2001c) “Do Values Conflict? A Hedgehog's Approach”. Vol. 43:2 *Arizona Law Review*, 2001, pp. 251-259.
- _____. (2005a) *A virtude soberana: teoria e prática da igualdade*. Tradução Jussara Simões; revisão técnica e da tradução Cícero Araújo e Luiz Moreira. São Paulo: Martins Fontes, 2005
- _____. (2005b) *Uma questão de princípio*. 2ª Ed. Tradução Luís Carlos Borges. Revisão técnica Gildo Sá Leitão Rios. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. (2006a) *O direito da liberdade: a leitura moral da Constituição norte-americana*. Tradução Marcelo Brandão Cipolla, revisão técnica Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Martins Fontes, 2006
- _____. (2006b) *Justice in Robes*. Cambridge/London: Cambridge University Press, 2006.
- _____. (2007). *O direito da liberdade: a leitura moral da Constituição norte-americana*. Tradução Marcelo Brandão Cipolla, revisão técnica Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Martins Fontes, 2006
- _____. (2008) *Is Democracy Possible Here? Principles for a new political Debate*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2008.
- _____. (2010). *Justiça de Toga*. Tradução Jefferson Luiz Camargo, Revisão da tradução Fernando Santos e Revisão técnica Alonso Reis Freire. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010)
- _____. (2011) *Justice for Hedgehogs*, London/Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2011.
- _____. (2012). *Justiça para Ouriços*. Tradução Pedro Elói Duarte, Revisão Joana Portela, Coimbra: Almedina, 2012
- _____. (2013) *Religion Without God*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press.

- DRAKEMAN, DONALD (2014). "Negotiating the Freedom of the Church". *Law and Liberty*. August 13, 2014, disponível em <http://www.libertylawsite.org/liberty-forum/negotiating-the-freedom-of-the-church/>
- EISGRUBER, Christopher & SAGER, Lawrence. (1997). "Protecting Without Favoring Religiously Motivated Conduct", 2 *Nexus* 103 1997.
- _____. (2006-7). "Chips Off Our Block? A Reply to Berg, Greenawalt, Lupu and Tuttle", 85. *Tex. L. Rev.* 1273 2006-7.
- _____. (2007). *Religious Freedom and the Constitution*. Cambridge (Mass.) e London: Harvard University Press.
- _____. (2008-9), "Does it Matter What Religion is?". 84 *Notre Dame L. Rev.* 807, 2008-9.
- ESBECK, Carl H. (2015). "Third-Party Harms, Congressional Statutes Accommodating Religion, and the Establishment Clause". *University of Missouri School of Law Legal Studies Research Paper* No. 2015-10. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2607277>
- _____. (2007). "When Accommodations for Religion Violate the Establishment Clause: Regularizing the Supreme Court's Analysis". *West Virginia Law Review*, Vol. 110, p.359, 2007; *University of Missouri School of Law Legal Studies Research Paper* No. 2007-09. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=992885>
- FERRAZ JR., Tercio Sampaio (2015). *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão e dominação*. 8a Ed. São Paulo: Atlas.
- FERRAZ, Anna Cândida da Cunha Ferraz. (2008). "Registro histórico documental: Parecer Jurídico apresentado ao Governo do Estado de São Paulo (a questão do ensino religioso nas escolas públicas)" in FISCHMANN, Roseli (Org.). *Ensino Religioso em escolas públicas: impactos sobre o estado laico*. Grupo de Pesquisa "Discriminação, Preconceito, Estigma" - FEUSP. São Paulo: FAFE/FEUSP/PROSARE/MacArthur Foundation, FACTASH, 2008. Originalmente publicado como "O ensino religioso nas escolas públicas: exegese do §1º do Art. 210 da CF de 05/10/1988" in *Cadernos de direito constitucional e ciência política*, Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, Revista dos Tribunais, Ano 5, n. 20 - julho-setembro de 1997.

- FINNIS, John. (1980). *Natural Law and Natural Rights*. Oxford: Oxford University Press, 1980.
- _____. (2006a). "Religion and State: Some Main Issues and Sources". *American Journal of Jurisprudence*, Vol. 51, 2006; *Notre Dame Legal Studies Paper* No. 06-34; Oxford Legal Studies Research Paper No. 48/2006. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=943420>
- _____. (2009). "Endorsing discrimination between faiths: A case of Extreme Speech?", in HARE, Ivan & WEISTEIN, James. *Extreme Speech and Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- _____. (2011). *Religion & Public Reasons*. Collected Essays: Volume V. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- FURQUIM (2010), Lilian de Toni. *O Liberalismo Abrangente de Ronald Dworkin*. 235f. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Orientador: Cícero Araújo. São Paulo, 2010.
- GANDRA, Ives Gandra da Silva.(2009) "Liberdade religiosa após o Concílio Vaticano II" In: MAZZUOLI, Valerio de Oliveira; SORIANO, Aldir Guedes (Coord.). *Direito à liberdade religiosa: desafios e perspectivas para o século XXI*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.
- GARET, Ronald (2004). "Tree Concepts of Church Autonomy". *BYU L. rev.* 1349 (2009), issue 4.
- GARNETT, Richard. (2000-2001), "Taking Pierce Seriously: The Family, Religious Education, and Harm to Children". *Notre Dame Law Review*, Vol. 76, pp. 109-46, 2000. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=723402>
- _____. (2001a). "The Story of Henry Adams's Soul: Education and the Expression of Associations". *Minnesota Law Review*, Vol. 85, p. 1841, 2000-2001. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=785847>
- _____.(2001b). "A Quiet Faith? Taxes, Politics, and the Privatization of Religion". *Boston College Law Review*, Vol. 42, p. 771, 2001; *Notre Dame Legal Studies Paper* No. 06-08. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=904225>
- _____.(2006). "The Freedom of the Church". *Journal of Catholic Social Thought*, Vol. 4, 2007; *Notre Dame Legal Studies Paper* No. 06-12. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=916336>

- _____. (2007a), "Freedom's 'infrastructure'". *Prawfs Blawg*, May 03, 2007, disponível em http://prawfsblawg.blogs.com/prawfsblawg/2007/05/freedoms_infras.html
- _____. (2007b), "Religion and Group Rights: Are Churches (Just) Like the Boy Scouts?". *St. John's Journal of Legal Commentary*, Vol. 22, Fall 2007; Notre Dame Legal Studies Paper No. 07-45. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1017590>
- _____. (2007c), "Free to Believe". Review of Religious Freedom and the Constitution by Christopher L. Eisgruber and Lawrence G. Sager Harvard University Press. *First Things*. May 2007, Disponível em <https://www.firstthings.com/article/2007/05/100-free-to-believe>
- _____. (2008), "Do Churches Matter? Towards an Institutional Understanding of the Religion Clauses" (May 9, 2008). *Villanova Law Review*, Forthcoming; Notre Dame Legal Studies Paper No. 08-17. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1140228>
- _____. (2009). "Standing, Spending, and Separation: How the No-Establishment Rule Does (and Does Not) Protect Conscience" (May 4, 2009). *Villanova Law Review*, Vol. 54, p. 655, 2009; *Notre Dame Legal Studies Paper No. 11-28*. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1905032>
- _____. (2010). "Religious Liberty, Church Autonomy, and the Structure of Freedom" (2010). *CHRISTIANITY AND HUMAN RIGHTS: AN INTRODUCTION*, John Witte, Jr. and Frank S. Alexander eds., pp. 226-238, Cambridge University Press, 2010; *Notre Dame Legal Studies Paper No. 10-10*. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1585191>
- _____. (2011) "The Political (and Other) Safeguards of Religious Freedom" (July 6, 2011). *Cardozo Law Review*, Vol. 32, p. 1815, 2011 ; *Notre Dame Legal Studies Paper No. 11-23*. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1880084>
- _____. (2012a). "Religious Freedom and the Nondiscrimination Norm" (2012). in *MATTERS OF FAITH: Religious Experience and Legal Response* (Austin Sarat, ed.) (Cambridge Univ. Press), Forthcoming; *Notre Dame Legal Studies Paper No. 12-65*. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2087599>

- _____. (2012b). "Religious Freedom and (and in) Institutions" (March 22, 2012). *CHALLENGES TO RELIGIOUS LIBERTY IN THE TWENTY-FIRST CENTURY*, pp. 71-89, Gerard V. Bradley, ed., Cambridge University Press, 2012; Notre Dame Legal Studies Paper No. 12-57. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2027639>
- _____. (2012c). "Neutrality and the Good of Religious Freedom: An Appreciative Response to Professor Koppelman" (May 22, 2012). *Pepperdine Law Review*, Vol. 39, p. 1001, 2012; *Notre Dame Legal Studies Paper* No. 12-63. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2064866>
- _____. (2014a). "Accommodation, Establishment, and Freedom of Religion" (June 25, 2014). 67 *Vand. L. Rev. En Banc* 39 (2014); *Notre Dame Legal Studies Paper* No. 1424. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2459005>
- _____. (2014b), "Freedom of Religion and the Freedom of the Church" in *Law and Liberty*, August 3, 2014, disponível em <http://www.libertylawsite.org/liberty-forum/freedom-of-religion-and-the-freedom-of-the-church/>
- _____. (2015a), "Religious Accommodations And — And Among — Civil Rights: Separation, Toleration, and Accommodation" (February 23, 2015). *Southern California Law Review*, Vol. 88, 2015, Forthcoming; *Notre Dame Legal Studies Paper* No. 1503. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2568799>
- _____. (2015b) "The Freedom of the Church: (Toward) an Exposition, Translation, and Defense" (October 6, 2015). Micah Schwartzman, Chad Flands, and Zoe Robinson, eds., *The Rise of Corporate Religious Liberty* (Oxford University Press, 2015), Forthcoming; *Notre Dame Legal Studies Paper* No. 1528. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2670144>.
- GARNETT, Richard W. and DUNLAP, Joshua D. (2006) "Taking Accommodation Seriously: Religious Freedom and the *O Centro* Case". *CATO SUPREME COURT REVIEW*, pp. 257, 2005-2006; *Notre Dame Legal Studies Paper* No. 06-16. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=931186>
- GEDICKS, Frederick Mark. (1996-7). "An Unfirm Foundation: The Regrettable Indefensibility of Religious Exceptions". 20 *UALR L. J.* 555 1997-8.

- _____. (2013) "True Lies: Canossa as Myth" (March 30, 2013). 21 *Journal of Contemporary Legal Issues* 133 (2013). Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2242031>
- GEDICKS, Frederick Mark & KOPPELMAN, Andrew. (2014a) "Invisible Women: Why an Exemption for Hobby Lobby Would Violate the Establishment Clause" (March 15, 2014). 67 *Vanderbilt Law Review En Banc* 51 (2014); *Northwestern Public Law Research Paper* No. 14-34. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2450658>
- GEDICKS, Frederick Mark & KOPPELMAN, Andrew, (2014b). "The Costs of The Public Good of Religion Should be Borne by the Public". *Vanderbilt Law Review En Banc*. Vol. 67:185, 2014.
- GEDICKS, Frederick Mark & VAN TASSELL, Rebecca G., (2014) "RFRA Exemptions from the Contraception Mandate: An Unconstitutional Accommodation of Religion" (June 19, 2014). 49 *Harvard Civil Rights-Civil Liberties Law Review* (CR-CL) 343 (2014) . Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2328516> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2328516>
- GEDICKS, Frederick Mark & VAN TASSELL, Rebecca G. (2015) "Of Burdens and Baselines: Hobby Lobby's Puzzling Footnote 37" (June 10, 2015). *The Rise of Corporate Religious Liberty* 323-41 (Oxford University Press, Chad Flanders, Zoe Robinson & Micah Schwartzman, eds. 2015); *BYU Law Research Paper* No. 15-10. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2602028>
- GREENAWALT, Kent. (2006-7). "How Does "Equal Liberty" Fare in Relation to Other Approaches to the Religion Clauses?". Book review of *Religious Freedom and the Constitution* by Christopher L. Eisgruber and Lawrence G. Sager. 85 *Tex. L. Rev.* 1217 2006-7.
- _____. (2016), *Exemptions: Necessary, Justified, or Misguided*. Cambridge (Mass.) e London: Harvard University Press, 2016.
- GEORGE, Robert P. (1993). *Making Men Moral*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- _____. (2013). *Conscience and Its Enemies*. Wilmington (Delaware): ISI BOOKS, 2013.
- GOMES, David Francisco Lopes & ROSA, Leonardo Gomes Penteado. (2017). "Proporcionalidade, direitos constitucionais e sua interpretação" Apresentado na 5ª edição

do PósDebate 2017 (Grupo de estudantes de pós-graduação da Faculdade De Direito da USP), em encontro realizado em 31/08/2017, e organizado por Mário Augusto Pires e Túlio de Medeiros Jales; o texto deverá ser publicado em livro organizado por Ricardo Campos.

-
- _____. (2018, no prelo). *O maior desafio: pragmatismo e personificação*, texto a ser publicado em livro organizado por Saulo Matos, André Coelho e Thomas Bustamante.
- HORWITZ, Paul. (2008) "Churches as First Amendment Institutions: Of Sovereignty and Spheres" (October 15, 2008). *Harvard Civil Rights-Civil Liberties Law Review* (CR-CL), Forthcoming. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1285328>
- _____. (2011). *The Agnostic Age: Law, Religion, and the Constitution*. Oxford: Oxford University Press.
- _____. (2013a), "Freedom of the Church Without Romance" (May 14, 2013). *Journal of Contemporary Legal issues*, Forthcoming. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2264983>
- _____. (2013b). "Defending (Religious) Institutionalism" (March 1, 2013). *Virginia Law Review*, Forthcoming; *U of Alabama Legal Studies Research Paper*. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2226962>
- _____. (2014a), "With Non-Interference Comes Responsibility". *Law and Liberty*. August 20, 2014, disponível em <http://www.libertylawsite.org/liberty-forum/with-non-interference-comes-responsibility/>
- _____. (2014b) "'A Troublesome Right': The 'Law' in Dworkin's Treatment of Law and Religion" (May 2, 2014). *Boston University Law Review*, Forthcoming; *U of Alabama Legal Studies Research Paper* No. 2432144. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2432144>
- HIMMA, Kenneth Einar, "Why Religious Freedom Does Not Warrant Protection by a Special Right" (July 25, 2015). Kenneth Einar Himma, Miodrag Jovanović, and Bojan Spaic (eds.), *FUNDAMENTAL RIGHTS: JUSTIFICATION AND INTERPRETATION* (The Hague: Eleven International Publishing) 2015, Forthcoming . Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2635930>

- INAZU, John D. (2013) "The Freedom of the Church (New Revised Standard Version)" (April 30, 2013). *Journal of Contemporary Legal issues*, Forthcoming; *Washington University in St. Louis Legal Studies Research Paper* No. 13-04-01. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2258771>
- _____. (2014), "Freedom of the Church Not Freedom of Religion". *Law and Liberty*, August 7, 2014, disponível em <http://www.libertylawsite.org/liberty-forum/freedom-of-the-church-not-freedom-of-religion/>
- JENSEN, Tim. (2007). "La Educación Religiosa en las escuelas públicas como necesidad en un Estado secular: Una perspectiva danesa". *Bandue*. Revista de la sociedad española de ciencias de las religiones, (1), 135-153 (versão consultada para *kindle*).
- JONES, Peter. (2017). "Religious Exemptions and Distributive Justice" in LABORDE, Cécile e BARDON, Aurélia. (2017). *Religion in Liberal Political Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- KENDRICK, Leslie. (2017) "Free Speech as a Special Right" in *Philosophy and Public Affairs*, Vol. 45, Issue 2, Spring 2017, pp. 87-117.
- KOPPELMAN, Andrew. (2013a), "Freedom of the Church" and the Authority of the State. 21 *Journal of Contemporary Legal Issues* 145 (2013); *Northwestern Public Law Research Paper* No. 13-35. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2337116>
- _____. (2013b), *Defending American Religious Neutrality*. Cambridge (Mass.)e London: Harvard University Press, 2013.
- _____. (2014a), "Ronald Dworkin, Religion and Neutrality". 94 *Boston University Law Review* 1241.
- _____. (2014b) 'Religion' as a Bundle of Legal Proxies: Reply to Micah Schwartzman (2014b). 51 *San Diego L. Rev.* 1079 (2014); *Northwestern Public Law Research Paper* No. 15-04. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2552909>
- _____. (2015). "Nonexistent & Irreplaceable: Keep the Religion in Religious Freedom" in *Commonweal*, March 27, 2015, disponível em <https://www.commonwealmagazine.org/nonexistent-irreplaceable>
- _____. (2016). "Lupu, Tuttle, and Singling out Religion" (December 6, 2016). 111 *Northwestern University Law Review Online* 41 (2016); *Northwestern Public Law Research Paper* No. 16-26. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2881566>

- _____. (2017a) Kent Greenawalt, Defender of the Faith (February 3, 2017). Texas Law Review, Forthcoming; Northwestern Public Law Research Paper No. 17-04. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2911915>
- _____. (2017b) "Religion's Specialized Specialness: A Response to Micah Schwartzman, What If Religion Is Not Special; 79 U Chi L Rev 1351 (2017)," University of Chicago Law Review Online: Vol. 79 : Iss. 1 , Article 7. Available at: http://chicagounbound.uchicago.edu/uclrev_online/vol79/iss1/7
- KOPPELMAN, Andrew and GEDICKS, Frederick Mark. (2015) "Is Hobby Lobby Worse for Religious Liberty than Smith?" (March 12, 2015). 9 *University of St. Thomas Journal of Law & Public Policy* 223 (2015); *Northwestern Public Law Research Paper No. 15-13*; *BYU Law Research Paper No. 15-03*. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2578297> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2578297>
- KYMLICKA, Will. (2002). *Contemporary Political Philosophy: An Introduction*. 2nd Ed. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- LABORDE, Cécile. (2010) "In Defence of the secular state" in *Royal Society of Arts Journal*, July 2010.
- _____. (2013). "Political Liberalism and Religion: On Separation and Establishment", *The Journal of Political Philosophy*: Volume 2, Number 1, 2013, pp. 67-86
- _____. (2014a), "Equal Liberty, Non-Establishment and Religious Freedom". *Legal Theory*, 20 (2014), 52-77.
- _____. (2014b), "Dworkin's Freedom of Religion Without God". 94 B. U. L. Rev. 1255 2014.
- _____. (2015a). "Protecting Freedom of Religion in a Secular Age" in SULLIVAN, Winnifred Fallers, HURD, Elizabeth Shakman, MAHMOOD, Saba e DANCHIN, Peter (Eds.), *Politics of Religious Freedom*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2015.
- _____. (2015b). "Religion in the Law: The Disaggregation Approach". in *Law and Philosophy*, 2015, 34, pp. 581-600.

- _____. (2016). "Liberal Neutrality, Religion, and the Good" in Jean L. Cohen e Cécile Laborde (Ed.) *Religion, Secularism & Constitutional Democracy*. New York: Columbia University Press.
- LADEUR, Karl-Heinz e CAMPOS, Ricardo (2016). "Entre Teorias e Espantalhos - Deturpações Constitutivas na Teoria dos Princípios e Novas Abordagens
- LAYCOCK, Douglas. (1981), *Towards a General Theory of the Religion Clauses: The Case of Church Labor Relations and the Right to Church Autonomy*,
_____. (1986-7), "Equal Access and Moments of Silence: The Equal Status of Religious Speech by Private Speakers," 81 *Nw. U.L. Rev.* 1 (1986) (symposium).
- _____. (2009), "Church Autonomy Revisited", 7 *Geo. J.L. & Pub. Pol'y* 253 2009
- _____. (2010). *Religious Liberty: Overviews & History*. Volume one. Emory University Studies in law and religion). William B. Eerdmans Publishing Company (Grand Rapids, Michigan/Cambridge, UK).
- LOPES, José Reinaldo de Lima (2004). "Raciocínio jurídico e economia". *Revista de Direito Público da Economia*. Volume 2, número 8, Belo Horizonte: outubro/dezembro de 2004.
- LUND, Christopher (2010), "Exploring Free Exercise Doctrine: Equal Liberty and Religious Exemptions" (2010). *Tennessee Law Review*, Vol. 77, p. 351, 2010; *Wayne State University Law School Research Paper* No. 10-23. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1832509>
- _____. (2016) "Religious Exemptions, Third-Party Harms, and the Establishment Clause" (September 7, 2016). *Notre Dame Law Review*, Vol. 91, p. 1375, 2016 (symposium); *Wayne State University Law School Research Paper* No. 2016-19. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2836130>
- LUPU, Ira C. e TUTTLE, Robert. (2006-7), "The Limits of Equal Liberty as a Theory of Religious Freedom". Book review of *Religious Freedom and the Constitution* by Christopher L. Eisgruber and Lawrence G. Sager. 85 *Tex. L. Rev.* 1217 2006-7.
- MACLURE, Jocelyn e TAYLOR, Charles. (2011) *Secularism and Freedom of Conscience*. Translated by Jane Marie Todd. Cambridge (Mass.) e London: Harvard University Press, 2011.

- MCCLAIN, Linda. (2014). "Can *Religion without God* Lead to Religious Liberty without Conflict?", 94 *B.U. L. Rev.* 1273, 1320 (2014).
- MACHADO, Maria Costa Neves (2010). "Liberdade Religiosa: Uma Questão de Tolerância ou Respeito?", *Re. Fac. Dir. Univ. SP*, Vol 105, p. 743-765, jan.-dez. 2010.
- MAITLAND, KAREN, 2009. *The Owl Killers*: London, Penguin, Michael Joseph. 2009.
- MATHEWS, Lisa (2017). "Free Exercise and Third-Party Harms: Why Scholars Are Wrong and RFRA is Right" (March 15, 2017). *Trinity Law Review*, Forthcoming. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2933918>
- MAZZUOLI & SORIANO (2009). "Duas palavras" In: MAZZUOLI, Valerio de Oliveira; SORIANO, Aldir Guedes (Coord.). *Direito à liberdade religiosa: desafios e perspectivas para o século XXI*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.
- McCONNELL, Michael W. (2000-1), "The Problem of Singling Out Religion". 50 *DePaul L. Rev.* 1 2000-1.
- _____. (2010), "Religion and Its Relation to Limited Government". 33 *Harv. J. L. & Pub. Pol'y* 943 2010.
- MESLIN, Michel. (2014). *Fundamentos de antropologia religiosa: a experiência humana do divino*. Tradução de Orlando dos Reis. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- MILLER, Robert T.. (2014). "Dogmatic Philosophy: A Review of 'Religion Without God'". 240 *First Things* 59 (February 2014); *U Iowa Legal Studies Research Paper* No. 14-07. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2382414> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2382414>
- MINIUCI, Geraldo (2014) "O Estado laico e a semana santa", 19 de abril de 2014, in Rafael Mafei Rabelo Queiroz (Ed.) *Estado e Sociedade* (blog). Artigo disponível em <http://blogs.estadao.com.br/direito-e-sociedade/o-estado-laico-e-a-semana-santa/>, último acesso em 12.10.2014
- MONTEIRO, Nilton Freitas (1997). "11 - PARÂMETROS CONSTITUCIONAIS DO ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS PÚBLICAS", *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, Janeiro/dezembro de 1997 n°s 47/48, 1997, disponível em <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista3/rev11.htm>
- MOVSESIAN, Mark L. (2017). "Tradition and Going Topless" in *Law and Liberty*, December 5, 2017, disponível <http://www.libertylawsite.org/2017/12/05/tradition-and-going-topless/>

- NEJAIME, Douglas e SIEGEL, Reva (2015), "Conscience Wars: Complicity-Based Conscience Claims in Religion and Politics" (February 8, 2015). *Yale Law Journal*, Vol. 124, pp. 2516-2591, 2015; *Yale Law School, Public Law Research Paper No. 533*; *UC Irvine School of Law Research Paper No. 2015-20*. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2560658>
- NUSSBAUM, Martha. (2008). *Liberty of Conscience: In Defense of America's Tradition of Religious Equality*. New York: Basic Books, 2008.
- _____. (2012). *The New Religious Intolerance: Overcoming the Politics of Fear in an Anxious Age*. Cambridge (Mass.) e London: The Belknap Press of Harvard University Press.
- OLIVA, Javier Garcia. (2008). "Public Authorities and Religious Denominations in Italy and Spain" in MORRIS, R. M. (Ed.). *Church and State: Some Reflections on Church Establishment in England*. London: The Constitutional Unity, 2008, disponível em <http://discovery.ucl.ac.uk/19573/1/19573.pdf>
- PINHEIRO, Maria Cláudia Bucchianeri (2009). "O respeito, pelo Poder Público, aos dias de guarda religiosa: a realização do exames de vestibular, concursos públicos e provas escolares em dias sagrados de descanso e orações. In: MAZZUOLI, Valerio de Oliveira; SORIANO, Aldir Guedes (Coord.). *Direito à liberdade religiosa: desafios e perspectivas para o século XXI*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.
- _____. (2017). "Inconstitucional ensino religioso em escolas públicas: Texto apresentado na ADI 4439, em favor da Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos" in *Jota*, 23/08/2017, disponível em <https://www.jota.info/artigos/inconstitucional-ensino-religioso-em-escolas-publicas-23082017>
- PINHEIRO, Aline (2013). Andar pelado não é um direito, decide corte inglesa in *Consultor Jurídico*, 5 de novembro de 2013, disponível em <https://www.conjur.com.br/2013-nov-05/andar-pelado-pelas-ruas-nao-direito-decide-corte-inglesa>
- ROSA, Leonardo Gomes Penteadó (2014a). *O liberalismo igualitário de Ronald Dworkin: o caso da liberdade de expressão*. Dissertação (versão corrigida em abril de 2014). Orientador: Ronaldo Porto Macedo Jr. Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa

do Estado de São Paulo, processo 2011/15618-4. Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, 2014, 258f

_____. (2014b). "Liberdades e justiça distributiva no liberalismo de Ronald Dworkin". In: 38º Encontro Anual da Anpocs, 2014, Caxambu. *Anais do 38º Encontro Anual da Anpocs*, de 27 a 31 de outubro de 2014, em Caxambu - MG, 2014.

_____. (2014c). "'O chumbo e o discurso: Jeremy Waldron e Ronald Dworkin sobre liberdade de expressão" in *O futuro do constitucionalismo: perspectivas para democratização do direito constitucional*. Caderno de Resumos de Evento Científico. Organizadores: Thomas Bustamante, Bernardo Gonçalves Fernandes, Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira, Élcio Nacur Rezende. - Belo Horizonte : Initia Via, 2014, pp. 170-173.

_____. (2015a). "Liberdade de expressão e criminalização da apologia: análise da ADPF 187-DF" in *O futuro do constitucionalismo: a construção da democracia constitucional*. Caderno de resumos. Organizadores: Thomas Bustamante, Bernardo Gonçalves Fernandes, José Adércio Leite Sampaio, Élcio Nacur Rezende. - Belo Horizonte : Initia Via, 2015, pp.182-185

_____. (2015b). "Justiça e Conflito de Direitos". Trabalho apresentado no II Seminário "Direito e Justiça" do Grupo de Pesquisa Metafísica e Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - UNICAMP, organizado por Sueli Custódio, 2015.

_____. (2016a). "Pode um igualitário defender o direito ao discurso de ódio? O caso de Ronald Dworkin", trabalho apresentado no Grupo de Trabalho III: Teoria do Direito, Coordenado por David José de Souza da Silva e Victor Sales Pinheiro, no evento "Consequências práticas da Teoria do Direito", organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará, pelo Grupo de Estudos Pura Teoria do Direito e pela Liga Acadêmica Jurídica do Pará – LAJUPA, ocorrida no Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (ICJ/UFGPA).

_____. (2016b). "Liberdade de expressão e concepções de igualdade", apresentação oral no I Seminário Interinstitucional de Filosofia do Direito e Teoria da Justiça, "Direito e Racionalidade: possibilidades e limites do pensamento

jurídico" em maio de 2016, realizado pela UFOP, UFLA e Milton Campos em Ouro Preto/MG.

-
- _____. (2017a). "O direito à liberdade de expressão e o valor das liberdades em Ronald Dworkin". in MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto (Org.). *Teoria do Direito Contemporânea: autores e temas*. Curitiba: Juruá Editora. Texto debatido no Seminário de Filosofia, Mesa com Jacqueline Abreu, presidida por Caio Gentil Ribeiro; debatedor: Lucas Petroni, disponível Canal GIFTED, https://www.youtube.com/watch?v=HCy0v5UAeQQ&index=6&list=PLWtXNJ_Fu1tjHDGgEhDKguE-E6ZT-UbQp&t=2299s e <https://www.youtube.com/watch?v=2jk1S5LSydo>
-
- _____. (2017b). "Cultura de liberdade em Ronald Dworkin e liberdade de expressão na internet" in Anais [recurso eletrônico]: globalização, tecnologias e conectividade / Fabrício Bertini Pasquot Polido, Lucas Costa dos Anjos, Luiza Couto Chaves Brandão, organizadores. Belo Horizonte: Instituto de Referência em Internet e Sociedade, 2017 (evento ocorrido em 2016), pp. 246 e ss.
- RUSO, Charles (2015). "Religious Freedom in Education: A Fundamental Human Right." *Religion & Education*, Vol. 42, No. 1, 17-33.
- SCHRAGGER, Richard e SCHWARTZMAN, Micah. (2013a), "Against Religious Institutionalism" (August 22, 2013). *Virginia Law Review*, Vol. 99, No. 5, 2013; *Virginia Public Law and Legal Theory Research Paper* No. 2012-62. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2152060>
-
- _____. (2013b), "Lost in Translation: A Dilemma for Freedom of the Church" (April 19, 2013). *Virginia Public Law and Legal Theory Research Paper* No. 2013-04; *Journal of Contemporary Legal issues*, Forthcoming. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2253891>
- SCHWARTZMAN, Micah. (2012) "What if Religion Isn't Special?" (January 25, 2012). *University of Chicago Law Review*, Vol. 79, No. 4, 2013; *Virginia Public Law and Legal Theory Research Paper* No. 2012-03. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1992090> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1992090>
-
- _____. (2014) "Religion as a Legal Proxy" (March 26, 2014). 51 *San Diego L. Rev.* 1085 (2014); *Virginia Public Law and Legal Theory Research Paper* No. 2014-26. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2416254>

- SCHAUER, Frederick (2005). "Towards an Institutional First Amendment" (February 2005). KSG Working Paper No. RWP05-020. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=722643> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.722643>
- SEFERJAN, TATIANA Robles. 2012. " Liberdade religiosa e laicidade do Estado na Constituição de 1988". Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.2.2012.tde-02042013-112226.
- SMITH, Steven Douglas (2014a). "Is God Irrelevant?" (February 26, 2014). Boston University Law Review, Forthcoming; San Diego Legal Studies Paper No. 14-142. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2401829>
- _____. (2014b) "The 'Jurisdictional' Conception of Church Autonomy" (December 11, 2014). *San Diego Legal Studies Paper No. 14-177*. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2537024>.
- SPINNER-HALEV, Jeff (2000). "Extending Diversity: Religion in Public and Private Education" in KYMLICKA, Will e NORMAN, Wayne (Ed.). *Citizenship in Diverse Societies*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- _____. (2004). "Autonomy, Association and pluralism" in EISENBERG e SPINNER HALEV (2004), *Minorities within Minorities: Equality, Rights and Diversity*. Cambridge (UK: Cambridge University Press.
- TEBBE, Nelson, SCHARTZMAN, Micah e SCHRAGGER, Richard. (2013). "The Establishment Clause and the Contraception Mandate" in *Balinization*, Wednesday, November 27, 2013, disponível em <https://balkin.blogspot.com.br/2013/11/the-establishment-clause-and.html>
- _____. (2016a). "How Much May Religious Accommodations Burden Others?" (July 19, 2016). in *Law, Religion, and Health in the United States* (Elizabeth Sepper, Holly Fernandez Lynch, and I. Glenn Cohen, ed., Cambridge Univ. Press, 2017 Forthcoming); *Cornell Legal Studies Research Paper No. 16-25*; *Virginia Public Law and Legal Theory Research Paper No. 2016-43*. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2811815>
- _____. (2016b). "When Do Religious Accommodations Burden Others?" (July 19, 2016). *The Conscience Wars*:

- Rethinking the Balance between Religion, Identity, and Equality* (Susanna Mancini & Michel Rosenfeld eds., Cambridge Univ. Press, 2017 Forthcoming); *Cornell Legal Studies Research Paper* No. 16-25; *Virginia Public Law and Legal Theory Research Paper* No. 2016-44. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2812121>
- TIERNEY, Brian. (2003) "Religious Rights: A Historical Perspective" in Noel B. Reynolds e W. Cole Durham Jr. (Eds.), *Religious Liberty in Western Thought*. William B. Eerdmans Publishing Company: Grand Rapids, Michigan/Cambridge, UK.
- TOLSTÓI, Liev (2010). "Resposta à resolução do Sínodo de 20-22 de fevereiro de 1901 e às cartas recebidas nessa ocasião" in *Padre Sérgio*. Tradução Beatriz Morabito, Prefácio Samuel Titan Jr., Pós-fácio Boris Schnaiderman, Desenhos Kazimir Maliêvitch. São Paulo: Cosac Naify, 2010
- WALDRON, Jeremy. (1997). "The Circumstances of Integrity" in *Legal Theory*, Volume 3, Issue 1 March 1997, pp. 1-22
- _____. (2012). *The Harm in Hate Speech*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 2012.
- WILLS, Gary. (2017). "Where Evangelicals Come From". Resenha de Frances FitzGerald, *The Evangelicals: The Struggle to Shape America*. *The New York Review of Books*, edição de 20 de abril de 2017, disponível em <http://www.nybooks.com/articles/2017/04/20/where-evangelicals-came-from/>
- WHITMARSH, Tim. (2015). *Battling the Gods: Atheism in the Ancient World*. New York: Alfred A. Knopf, 2015.
- VOLOKH, Eugene (1999). "Equal Treatment Is Not Establishment", 13 *Notre Dame J.L. Ethics & Pub. Pol'y* 341 (1999). Available at: <http://scholarship.law.nd.edu/ndjlepp/vol13/iss2/5>
- _____. (2013). "3B. Would Granting an Exemption from the Employer Mandate Violate the Establishment Clause?" in *The Volokh Conspiracy*, December 4, 2013, disponível em <http://volokh.com/2013/12/04/3b-granting-exemption-employer-mandate-violate-establishment-clause/>
- ZUCCA, Lorenzo. "Freedom of Religion in a Secular World", in CRUFT, Rowan, LIAO, S. Matthew e RENZO, Massimo. (Eds.). *Philosophical Foundations of Human Rights*. Oxford: Oxford University Press.

ZYLBERSTAJN, Joana (2016). *A Laicidade do Estado Brasileiro*. Brasília, Verbená Editora.

Decisões judiciais e documentos similares

Petições Iniciais

CNTE, (2004). Petição Inicial, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), ADI 3268-2, STF, assinada por Paulo Legruber, Damares Medina e Claudio Santos.

PGR, (2010), Petição Inicial na ADI 4439, STF. Assinada por Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira, com representação de Waldemar Zveiter e Daniel Sarmento

PGR (2017). Petição Inicial, ADI 5696, STF. Assinada por Rodrigo Janot Monteiro de Barros (com menção a representação dos promotores Marta Alves Larcher e Carlos Alberto Valera).

Manifestações no processo

AGU, (2010a), ADI 4439, STF, Informações n. 24/2010/CC/AGU, Célia Maria Cavalcanti Ribeiro

SAJ, Parecer. n. 4066/2010, Natalie Albieri Laureano, aprovado por Beto Ferreira Martins Vasconcelos

AGU, Parecer, João Paulo Santos Borba, aprovado por Mauro César Santiago Chaves

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE), (1997), Parecer de João Antônio Cabral de Monlevade e José Arthur Gianotti, Aprovado pelo Plenário do Conselho.

AGU, (2010b), Manifestação, ADI 4439, STF, Lúcio Inácio Lunena Adams, Grace Maria Fernandes Mendonça⁶⁸⁵

PGR, (2005), Manifestação, ADI 3268, STF, assinada por Claudio Fonteles

SENADO FEDERAL, (2010), Senado Federal, ADI 4439, STF, Parecer de Roberta Simões Nascimento, com "de acordo" de Antonio Marcos Mousinho Sousa e aprovado por Luiz Fernando Bandeira.

⁶⁸⁵ Consta o nome de Luiz Felipe da Mata Machado Silva, mas não há assinatura.

Participações como amicus curiae

AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO, CONECTAS DIREITOS HUMANOS, ECOS - COMUNICAÇÃO E SEXUALIDADE, CLADEM - COMITÊ LATINO-AMERICANO E DO CARIBE PARA A DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER E RELATORIA NACIONAL PARA O DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO DA PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS - PLATAFORMA DHESCA BRASIL. (2012), *amicus curiae* na ADI 4439, documento assinado por Salomão Barros Ximenes (constam ainda nomes de Ester Gammardella Rizzi, Flávia Xavier Annenberg, Marcos Roberto Fuchs, Carmen Hein de Campos, Ingrid Viana Leão e Denise Carreira).

ANAJURE (2015), *amicus curiae* na ADI 4439, STF, assinado por Gustavo Miguez de Mello e por Fabiano Soares Gomes, ADI 4439, STF.

CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), (2017), *Memorial* na ADI 4439, STF, assinado por Fernando Neves da Silva (com nome, mas sem assinatura, de Cristina Maria Neves da Silva, bem como faz menção pareceres de Célio Borja, Ives Gandra Martins, Manoel Gonçalves Ferreira Filho e Ronaldo Poletti), disponível em <http://publicador.jota.info/wp-content/uploads/2017/08/Memorial-CNBB..pdf>,

XI-DH (Centro Acadêmico XI de Agosto e Amicus DH), (2016), *Amicus curiae* na ADI 4439, STF, assinado por Virgílio Afonso da Silva, Livia Gil Guimarães, Bruna Marques de Miranda, Mayra Granami, Ana de Mello Cortês, Ana Laura Barbosa, Cecília Barreto Lima, Danilo Cronemberger, Letícia Ueda Vella, Lucas Barbosa Folster e Rodrigo Marambaia.

UERJ DIREITOS (Clínica de Direitos Fundamentais da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Clínica UERJ Direitos), (2016), *Amicus curiae* na ADI 4439, STF, assinada por Daniel Sarmento, Carina Lellis, Wallace Corbo e Marina Afonso Siqueira.

ATEA, (Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos) (2017), veja PINHEIRO (2017, acima).

Votos disponibilizados (ADI 4439)

EC/CR, (2017), "STF conclui julgamento sobre ensino religioso nas escolas públicas", disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=357099>, último acesso em 20/11/2017 (com link para votos dos Mins. Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello).

CARNEIRO, Luiz Orlando & FALCÃO, Márcio. (2017). "O voto de Barroso sobre ensino religioso público". *JOTA*, disponível em <https://jota.info/justica/o-voto-de-barroso-sobre-ensino-religioso-publico-30082017>, último acesso em 20/11/2017 (com link para o voto do Min. Luis Roberto Barroso: <https://d2f17dr7ourrh3.cloudfront.net/wp-content/uploads/2017/08/VALEESTEADI-4439-2-Ensino-religioso-Voto-30-ago2017-VF-22.pdf>).

BARROSO, Luis. (2017), Voto do Relator na ADI 4439, STF, disponível em CARNEIRO e FALCÃO (2017) e em <http://luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2017/08/ADI-4439-vers%C3%A3o-final.pdf>

DE MORAES, Alexandre. (2017), Voto na ADI 4439 STF. Documento com marca d'água em que consta "Em elaboração".

FACHIN, Edson. (2017), Voto na ADI 4439, STF. Documento com marca d'água em que consta "cópia".

LEWANDOWSKI, Ricardo. (2017), Voto na ADI 4439, STF. Documento com marca d'água em que consta "Em elaboração".

DE MELLO, Celso. (2017), Voto na ADI 4439, STF. Documento com marca d'água em que consta "Em elaboração".